

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

GISELE JACOB DOS SANTOS

O USO DA CULTURA COMO RECURSO PARA UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO  
TERRITÓRIO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE SOBRE O INSTITUTO RAÍZES EM  
MOVIMENTO (COMPLEXO DO ALEMÃO - RJ)

NITERÓI

2012

GISELE JACOB DOS SANTOS

O USO DA CULTURA COMO RECURSO PARA UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO  
TERRITÓRIO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE SOBRE O INSTITUTO RAÍZES EM  
MOVIMENTO (COMPLEXO DO ALEMÃO - RJ)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em  
Produção Cultural da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para obtenção do  
Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Me. JOÃO LUIZ PEREIRA DOMINGUES

NITERÓI

2012



GISELE JACOB DOS SANTOS

O USO DA CULTURA COMO RECURSO PARA UMA MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO  
TERRITÓRIO PERIFÉRICO: UMA ANÁLISE SOBRE O INSTITUTO RAÍZES EM  
MOVIMENTO (COMPLEXO DO ALEMÃO - RJ)

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em  
Produção Cultural da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para obtenção do  
Grau de Bacharel.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Me. João Luiz Pereira Domingues  
Universidade Federal Fluminense  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Augusto Rodrigues  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Adriana Facina  
Universidade Federal Fluminense

Para o Lar de Caridade João da Oração.

## **Agradecimentos**

Primeiramente à minha família: meus pais Regina Celia e Jorge Jacob e minha irmã Simone Jacob, pela força, incentivo e, principalmente por acreditarem nos meus sonhos e vivê-los junto comigo.

João Domingues, pela grande paciência, atenção e essencial colaboração na construção desse trabalho. Muito obrigada pela confiança!

Luiz Augusto, por toda ajuda, suporte e, principalmente, pelo trabalho que tem desenvolvido no curso de Produção Cultural. Adriana Facina, pela dedicação em tratar e trabalhar a Cultura para todos.

David Amen, Alan Brum, Wavá Novais e Vitor Castro pela colaboração no desenvolvimento desse trabalho.

Juliana Pires, Ingrid Syzak e, em especial à Renata Sofia, que estiveram comigo desde a escola até o ingresso à universidade, compartilhando todos os desafios e alegrias desse percurso, sempre com sorriso no rosto.

Meus amigos irmãos: Amanda Moraes, Caroll Tinôco, Renan Lemos e Naná Perci, pela positividade e leveza da vida.

Camila Martins, Luisa Antonitsch e Sarah Gonçalves, pelo amor e carinho dessa amizade, que nos ajudaram e ajudam a sustentar os desafios da nossa profissão.

Ana Caroline Araújo, Zelia Rodrigues, Yuri Chamusca, Letícia Santos, Pedro Nóbrega, Ana Terra Rodrigues, Ewerson Claudio, Vitor Hugo, Antônio Felipe, Bianca Tortori e Jéssica Araújo pelo início da minha (e nossa) jornada em compreender a Produção Cultural.

## **Resumo**

Esta monografia investiga a relação da Cultura com os territórios periféricos, bem como os sujeitos e processos sociais que permeiam essa relação. O Instituto Raízes em Movimento, localizado no Complexo do Alemão – Rio de Janeiro será o objeto de estudo desse trabalho e ilustrará como as práticas culturais são utilizadas como recurso para uma mobilização social.

Palavras chaves: práticas culturais alternativas, periferia, usos da cultura, mobilização social.

## Sumário

Introdução.....	9
I - Reconhecendo a periferia: sujeito, território e cultura .....	12
1.1) Identidade: quem é o sujeito periférico? .....	12
1.1.1) Sujeito em construção.....	12
1.1.2) A nova geração das periferias.....	15
1.2) Território periférico.....	20
1.2.1) O poder simbólico do território periférico.....	20
1.2.2) Produção de sentido do espaço: periferia e centro.....	24
1.3) Os reais usos da Cultura.....	26
1.3.1) “Novas” práticas alternativas de cultura.....	26
1.3.2) O uso da Cultura como recurso para uma mobilização social.....	28
II - Ação interna e ação externa: distintas presenças na favela.....	31
2.1) Ação interna.....	32
2.1.1) Legitimação externa.....	37
2.2) Ação externa.....	40
2.2.1) Setor privado e Responsabilidade Social.....	40
2.2.2) O <i>mercado do pobre</i> , o pobre consumidor e o pobre “fazedor” de cultura.....	45
2.2.3) Empreendedorismo social.....	50
III - Qual o papel da Cultura?.....	53
3.1) Ethos do trabalhador da cultura.....	56
IV - Instituto Raízes em Movimento: desenvolvimento humano, social e cultural no Complexo do Alemão.....	60
4.1) Projetos do Instituto Raízes em Movimento.....	65
Considerações Finais.....	71
Referências Bibliográficas .....	73



## Introdução

A presente monografia propõe investigar a utilização da Cultura como recurso para uma mobilização social, através de “novas” práticas alternativas realizadas em periferias. Considerando os sujeitos e a heterogeneidade presentes no território periférico, a relação Cultura e Social será ilustrada por ações desenvolvidas neste espaço e por pesquisadores do tema. Os casos abordados serão focados na cidade do Rio de Janeiro. O Instituto Raízes em Movimento, localizado no Complexo do Alemão (RJ) será o objeto de estudo desse trabalho.

Podemos identificar essa prática e seus agentes periféricos como uma nova geração do setor da Produção Cultural ou, simplesmente, eleger como produtores culturais comunitários?

A *mobilização social* será trabalhada, de acordo com as análises do autor Bernardo Toro e sua obra “Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação”, que a trata “como um processo educativo que promove a participação de muitas e diferentes pessoas em torno de um propósito comum”. (TORO e WERNECK, 1996)

O interesse em descobrir como a cultura é compreendida e trabalhada dentro das periferias, as experiências profissionais com a produção cultural na área social, bem como as discussões (e ausência delas) acerca do tema dentro da universidade, foram fatores que me estimularam a realizar essa pesquisa. Atrelado à dificuldade em não romantizar a favela e a sua relação com os processos culturais, esteve presente o desejo em fomentar essas discussões dentro do campo da Produção Cultural, distanciando-se dos estigmas e dos estereótipos comumente utilizados para retratar a periferia.

A estrutura dessa monografia foi pensada para conduzir o leitor a (re)conhecer um sujeito e o seu território, além de todos os atravessamentos dessa relação, sendo a Cultura um deles. A categorização do sujeito como *sujeito periférico*, surge não somente para identificá-lo, mas também para auxiliar o desenvolvimento da própria pesquisa. Ou seja, a partir da compreensão de quem é esse indivíduo, foi possível produzir as demais etapas desse estudo.

O primeiro capítulo aborda, inicialmente, a compreensão da identidade do sujeito periférico, como sujeito pós-moderno, através da obra de Stuart Hall, “A identidade cultural na pós-modernidade”. O perfil desse sujeito é mapeado, de acordo com alguns elementos críticos presentes na construção da sua identidade, como histórico familiar, trabalho e exclusão social.

A seguir, será apresentada a questão de uma nova geração das periferias, ratificada através de entrevista e pesquisa, bem como a importância dos movimentos socioculturais populares para a própria comunidade. A “negação de valor” (SOUZA, 2006) e o “sentimento de exclusão” (MACHADO, 2007) abrem a discussão acerca da capacidade e possibilidades do sujeito periférico afirmar-se como agente sociocultural.

Apontado o perfil do grupo social em questão, a análise passa a ser na produção de sentido do seu espaço – nesse caso específico, as periferias – fundamentado nos conceitos de *território* de Pierre Bourdieu. Como esse grupo busca modificar e dar sentido ao seu espaço? Tratamos ainda, brevemente sobre políticas públicas, no que diz respeito à compreensão da cidade “em sua pluralidade” como espaço urbano que valide e considere “a plenitude da vida social, democraticamente orientada e configurada nos usos legítimos do território por grupos sociais marcados por profundas desigualdades sociais.” (SILVA, 2009)

Após identificar e reconhecer o sujeito e território, baseado no que George Yúdice classifica como *usos da Cultura*, na obra “A conveniência da Cultura: usos da cultura na era global” será trabalhado o modo como encaram a “utilização” da (sua) Cultura em seus processos objetivando uma mobilização social. O foco será em apresentar o movimento classificado como “novas” práticas culturais, através do diálogo entre o sujeito e sua identidade cultural, conduzido pelas questões de Yúdice. Como o capital cultural junto ao conhecimento empírico nas favelas é utilizado nas práticas alternativas para Cultura dentro do campo social? Assim como o autor trata a cultura como recurso para processos políticos e econômicos, trataremos as “novas” práticas culturais alternativas como recurso para uma mobilização social no território das periferias.

No segundo capítulo, o trabalho dá continuidade expondo a relação de duas categorias: “Ação Interna” e “Ação Externa”. Sendo um território em constante conflito, seja político, ideológico e/ou identitário, reconheço na favela a possibilidade de apontar essas duas ações distintas, apenas como um método de análise. Como as expressões já explicitam, tratam-se de iniciativas desenvolvidas dentro de comunidades, pelos próprios sujeitos periféricos e ações criadas por outros sujeitos que não os periféricos.

As ações internas serão ilustradas através de um breve histórico experienciado pelo Rio de Janeiro nesta área sociocultural, pelo objeto de estudo (o Instituto Raízes em Movimento) e através de diversas formas de ação a serem exemplificadas. Abordaremos a forte presença e participação do jovem e as críticas que envolvem protagonismo e processos midiáticos. A questão

da legitimação externa acerca das ações internas encerra esse subcapítulo, atrelado ao fenômeno da “sacralização da arte” (BOURDIEU, 2003) e as distâncias sociais provocadas pelo mesmo.

Em ações externas teremos um olhar reflexivo sobre a área administrativa da “Responsabilidade Social Empresarial” e seus desdobramentos na área social e no território da periferia. Seguindo para um debate sobre o consumo e o lugar ocupado pela pobreza no sistema capitalista, bem como na área cultural. Um novo modelo de negócios, o Empreendedorismo Social, será apresentado como prática não oriunda do espaço da favela, mas positiva para todos os envolvidos no processo.

No capítulo 3, retomaremos o autor George Yúdice, em sua concepção sobre o papel da Cultura e os diversos papéis assumidos e/ou atribuídas a ela. Seguindo a mesma lógica, abordaremos as funções destinadas ao trabalhador da cultura, tendo em vista a diversidade e complexidade do campo cultural. A proposta desse capítulo é a discussão de tais temas dentro do território periférico, a transformação e mobilidade social atribuída à Cultura e a reflexão sobre a profissionalização do trabalhador da cultura.

No capítulo 4, temos a apresentação mais ampliada do objeto de pesquisa: trajetória e modificações do Raízes em Movimento. O suporte é dado por entrevistas com os dois fundadores: David Amen e Alan Brum e através da dissertação de Vitor Castro (sobre o *Circulando*, um dos principais projetos do Instituto). Ao apresentar cada projeto é possível perceber a relação da visão do Instituto com a proposta deste trabalho, tendo em vista que as ações do Raízes possuem o objetivo de priorizar as potencialidades dos indivíduos, trabalhando de forma coletiva e participativa. Iremos dar uma maior atenção ao projeto *Circulando – Diálogo e Comunicação na favela*, devido à importância e repercussão do projeto para o próprio Instituto, além de oferecer maior contribuição para as discussões deste trabalho.

No processo de mobilização social, esses atores sociais utilizam a Cultura de maneira acessível e criativa, buscando legitimar sua identidade periférica. O trabalho objetiva, em suma, dar voz aos sujeitos periféricos, através das entrevistas concedidas e das referências bibliográficas de pensadores e intelectuais oriundos do campo da pesquisa, a periferia.

O presente trabalho não irá apresentar respostas para tantas questões que permeiam a temática apresentada, porém creio ser um início para compreender de modo mais horizontal e aprofundado o porquê do capital cultural continuar sendo distribuído de forma tão irregular e como ele passa a ser encarado e apropriado pelas periferias do Rio

## **I - Reconhecendo a periferia: sujeito, território e cultura**

1.1) Identidade: quem é o sujeito periférico?

1.1.1) Sujeito em construção

“A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (MERCER, 1990, p.43 apud HALL, 2006, p.9)

O entendimento da construção da identidade é um estudo complexo, segundo os próprios autores do campo da Sociologia. “O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova” (HALL, 2006, p.8). Para definir o sujeito que será trabalhado, irei recorrer ao perfil do sujeito pós-moderno, indivíduo instável e fragmentado, repleto de incertezas, que por sua vez, se encontra inserido em uma sociedade moderna e hierarquizada, fundamentada nas relações de poder e nas disputas sociais. Complementando o panorama da modernidade, temos o paradoxal fenômeno da globalização, pois não há concretização de seus elementos, em função das desigualdades social e econômica. Entretanto, esses objetos (sujeito pós-moderno / mundo globalizado / sujeito periférico) podem auxiliar na compreensão da formação da identidade do indivíduo, neste caso, o sujeito periférico.

O sujeito periférico que estou elegendo faz parte de um grupo social que está passando por mudanças significativas, nos campos da História e da Sociologia. Suas respectivas famílias possuem um histórico de semi-analfabetos ou com má formação educacional, que hoje ocupam subempregos sem maiores perspectivas de ascensão profissional. Dentro desse grupo, a grande maioria, é filho (a) de mãe solteira e desconhece a figura paterna, tendo uma lacuna em sua base familiar. Seus familiares priorizam o trabalho a educação, pois o consideram como garantia de dignidade e respeito da sociedade, mas acima de tudo sobrevivência.

O autor Jessé (Souza, 2006), relaciona a “função” da profissão e/ou da utilidade prática do indivíduo com a construção da identidade do mesmo. E de certa forma, introduz a questão abordada a seguir: a auto-estima. Apresenta, que para a lógica da modernidade

ter uma profissão é a forma institucionalizada e socialmente reconhecida de se construir uma identidade. Isso ajuda a explicar por que a dimensão econômica da realidade social não determina, sozinha, a configuração das relações sociais. É preciso entender também que o conjunto de valores que se institucionalizou na modernidade nos diz o tempo todo que qualquer forma de reconhecimento pessoal, e conseqüentemente dignidade e auto-estima, só é possível quando conseguimos provar nossa utilidade prática na sociedade de mercado. (Ibidem)

A relação trabalho – auto-estima – identidade, passa a ser muito mais cruel para a classe de baixa renda, pois define o trabalho como um fenômeno determinante para construção da identidade e responsável pela auto-estima do indivíduo. O sujeito pobre que ocupa um subemprego, dificilmente conseguirá se reconhecer como um ser útil para a sociedade – como um ser útil, subentende-se, um ser integrado à esfera social. Castel (1998) “propõe que para que o indivíduo se torne um sujeito de fato (um indivíduo positivo, independente), existe a necessidade que ele seja dotado de suportes sociais”, e estes, estão diretamente ligados ao campo social do trabalho, categorizado pelo autor como sociedade salarial “na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade” (CASTEL, 1997, p.27 apud DOMINGUES, 2008, p.58). Assim, “o trabalho é pensado não como uma operação técnica, mas como um suporte privilegiado de inscrição nas estruturas sociais, portanto em posição de centralidade nos processos de reprodução da existência social.” (Ibidem, 2008, p.59)

Além das referências históricas e as trazidas pelo homem contemporâneo, este sujeito convive ou conviveu intensamente com a violenta realidade do tráfico de drogas<sup>1</sup>, influência negativa para qualquer indivíduo que esteja na fase de construção de identidade e se descobrindo como cidadão, seus direitos e deveres. A figura do traficante representa uma forma de status, para determinados sujeitos da periferia. Em seu imaginário, não alcançariam uma posição de caráter dominante em outro território,

---

<sup>1</sup>No ano de 2008, o Governo Estadual junto a Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro implementaram o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, conhecida também pela sigla UPP, que possui o objetivo de instituir polícias comunitárias em favelas do estado para desarticular e eliminar o tráfico de drogas presente nos territórios periféricos como estados paralelos. Esta monografia não pretende se aprofundar na questão da violência e no combate a ela. Entretanto, as UPPs são um fenômeno marcante para a população do Rio de Janeiro, com opiniões contrárias e favoráveis. Este programa vem sendo marcado pela desorganização de seus responsáveis, corrupção e abusos de poder, dos mesmos. Para uns as UPPs estão cumprindo com o objetivo de instaurar a paz nas favelas do Rio e garantir segurança para os cidadãos cariocas. Outros acreditam que não pode haver convivência pacífica quando não se pode confiar plenamente nos responsáveis por garanti-la.

o 'bandido', nesse caso, representaria uma saída individual para a expectativa de mobilidade que se encontra obstruída, operando como uma metáfora da potencialidade explosiva inscrita na adesão virtual dos pobres a estratégias imediatistas de inclusão social e busca por reconhecimento. (CARVALHO, 1995, p.4).

Sendo assim, nessa realidade, o tráfico está intrinsecamente ligado a uma “expectativa de mobilidade”, o primeiro funcionando como um degrau para alcançar o segundo. É como se ocupassem um nível superior dentro das categorias da própria periferia. A inserção no mundo do tráfico também é alimentada por outras motivações, como a baixa escolaridade, ausência de oportunidades e acessos à periferia, e assim, escassa formação profissional, além do racismo e preconceito no mercado de trabalho e descrença da vida sociopolítica. Ou seja, o indivíduo periférico configura-se ausente das formas estruturais do mercado de trabalho.

A forte hierarquia existente na sociedade e nos territórios do mundo globalizado e fragmentado, as relações de poder nele estabelecidas (entre dominantes e dominados) e o panorama de desigualdade social em que estamos inseridos, tornam cada vez mais raros os espaços e oportunidades para integração, assim como a possibilidade de mobilidade social desses sujeitos.

### 1.1.2) A nova geração das periferias

Estigmatizado pela sua origem, o grupo social retratado, compõe hoje, uma espécie de nova geração oriunda das favelas e do subúrbio do Rio de Janeiro<sup>2</sup>. Grande parte desse grupo é formado por adolescentes, pouco longe de ingressar na vida adulta, assumem postura madura, segura e responsável perante seus projetos socioculturais, com a presença de uma forte participação colaborativa. São movidos pela vontade de se identificar e se reconhecer (e serem reconhecidos) como sujeitos de sua própria história.

Essa nova geração – personificada pela figura do sujeito periférico – vem se destacando e sendo inserida no campo formal das discussões, através de movimentos sociais, fóruns e encontros que abordem assuntos marginalizados pelo poder público e pela sociedade. Ainda que seja considerada mínima a inserção de pobres em universidades, o meio acadêmico possibilita espaços de discussão e reflexão para esses sujeitos. Entretanto, passam a ganhar notoriedade pelos seus trabalhos socioculturais desenvolvidos e executados dentro de suas comunidades carentes, aqui denominados de práticas culturais alternativas.

#### O movimento de ações socioculturais realizadas em periferias

permite falar quase em uma revolução silenciosa nas favelas cariocas. Ele gera a formação de novos grupos sociais, em particular de jovens, que se colocam, em geral, de forma crítica à desigualdade social existente. Neles, se gestam novas formas de percepção do espaço urbano, das relações sociais e das instituições, criando-se novas redes de pertencimento e vivência. (SILVA, 2003)<sup>3</sup>

Desmitificam o olhar homogêneo sobre as favelas, que não enxerga as singularidades existentes nos territórios periféricos, olhar este que insiste em não observar também as mudanças

---

<sup>2</sup> Consideraremos subúrbios cariocas como: uma grande diversidade de tipologias urbanas [...] no entanto, espelhando uma realidade nacional, os subúrbios cariocas, excetuando-se a rede ferroviária que os une, se caracterizam pela carência de redes, desde as de infra-estrutura até as de equipamentos coletivos e de comunicação. A conjugação destas duas características, presença de redes de consumo e carência de redes de serviços básicos da cidadania conformam um quadro bastante crítico nos subúrbios cariocas, que ainda encontram-se sob a égide da exclusão. (FERRAN, 2000, p.39-40)

<sup>3</sup> Retirado do artigo “Adeus Cidade Partida”.  
Em [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view\\_text.php?id\\_text=11](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=11).  
Acessado em 18 de abril de 2012.

educacionais e, porque não, intelectuais ocorridas nos sujeitos, reverberando no perfil do território, mesmo que de forma gradual.

As novas formas de paisagem e iniciativas econômicas, educacionais e culturais presentes nas favelas vêm ampliando a diferenciação entre os diversos grupos sociais que constituem as favelas. Os diversos vínculos institucionais, a diferenciação do poder aquisitivo e das referências culturais/educacionais faz com que as redes sociais locais se multipliquem, constituindo-se diferentes habitus e identidades sociais. (Ibidem, 2003)

O sujeito periférico possui consciência das condições e posição de desigualdade que se encontra, ele compreende que pertence ao grupo dos não privilegiados da sociedade, bem como compreende as potencialidades presentes em suas ações. O “sentimento de exclusão” faz com que essa nova geração busque alternativas para (sobre)viver a realidade de opressão e escassas ofertas.

Acessar físico e economicamente um bem cultural é sinônimo de desafio para esses indivíduos de baixo poder aquisitivo. Dificuldade não só na distância e no financiamento desse acesso, mas principalmente no fator social, isto é, na errônea ideia de que determinado equipamento cultural ou manifestação artística “não me pertence”, “não é coisa pra pobre”. Ainda que existam políticas públicas que facilite esse acesso (entrada a R\$1,00 nos teatros municipais do Rio no último domingo de cada mês, por exemplo), elas não são amplas o suficiente para modificar valores em relação ao papel – direitos e deveres – do indivíduo na sociedade enquanto cidadão. Essas medidas de acesso possuem pequeno alcance, por isso a baixa auto-estima desse grupo permanece.

É produzido no sujeito de periferia

um sentimento de exclusão, que inibe as pessoas mais humildes de frequentar espaços culturais consagrados. Para estas pessoas, visitar um espaço cultural pressupõe boa aparência (o que inclui roupas adequadas), ter feito viagens, falar línguas e ser capaz de emitir opiniões inteligentes sobre o que está sendo exibido no local. Na falta desses pré-requisitos, para não passar vergonha, é melhor manter-se afastado. (MACHADO, 2007.)

O “sentimento de exclusão” (MACHADO, 2007), cada vez mais evidente, e a diminuição das possibilidades de integração social, fator fundamental para formação da identidade de qualquer indivíduo, potencializam uma espécie de *permissão de uso da cultura* (e de demais bens culturais), para frequentar um museu, assistir a uma peça de teatro, um filme, espetáculo de dança, apreciar um quadro, escultura, música, show, ler um livro, enfim consumir Cultura. Esses



indivíduos não (se) permitem apropriar dos processos sociais e culturais, são condicionados a limitar ou nem considerar as possibilidades de Arte, Cultura e conhecimento, acima de tudo.

### O grupo social da periferia é

definido pela ausência dos pressupostos psicossociais exigidos pela noção de trabalho produtivo em condições modernas de alta competitividade. O não-reconhecimento objetivo como produtor útil condiciona, por sua vez, o não-reconhecimento público, por exemplo, na dimensão política, assim como não-reconhecimento na esfera privada e existencial. A ausência dessa auto-estima individual objetivamente produzida, muitas vezes, ‘compensada’ e, portanto, paradigmaticamente ilustrada por um comportamento reativo e primitivamente narcísico, reflete, precisamente, o drama existencial de quem tem que viver a vida com um sinal negativo em todas as interações sociais. (SOUZA, 2006).

A capacidade produtiva dos sujeitos periféricos, passa pelo constante processo (seletivo) de aprovação/legitimação a cada momento em que há a tentativa de realização de trabalhos socioculturais de periferia. O fato de estarem inseridos em um campo informal de trabalho, se opondo ao caráter estrutural da produção formal, competitiva e capitalista de trabalho, faz com que esse sujeito, em alguns casos, reavalie seu potencial produtivo.

A “negação de valor” (SOUZA, 2006) desses atores sociais relaciona-se diretamente com o “sentimento de exclusão” (MACHADO, 2007) e a *permissão de uso da cultura*, pois se o sujeito não crê na sua capacidade e habilidade para produzir algo positivo, que o classifique e/ou o faça ser reconhecido, ele também irá se considerar incapaz de usar e consumir determinado produto cultural.

De acordo com a lógica da globalização, o indivíduo transita pelos territórios e se relaciona com outros grupos sociais. Não diferente é o sujeito periférico, que não se prende aos limites da periferia, transita pelos territórios centrais e se desloca para outros, considerando as barreiras sociais encontradas devido à evidente desigualdade econômica e social. A relação do sujeito e território será aprofundada mais adiante.

O sujeito dessa nova geração, segundo Wagner Novais<sup>4</sup>, “pertence à um grupo inserido em uma minoria privilegiada dentro de um grupo bem maior de desprivilegiados, todos de origem

---

<sup>4</sup> Cineasta e diretor do filme “5 x favela, agora por nós mesmos”, suas falas são oriundas da entrevista concedida para essa monografia, realizada no dia 25 de agosto de 2011.

periférica, seja ela da periferia, da favela ou do subúrbio” (Novais, 2011), é capaz de produzir um sentimento de pertencimento pelo território e os objetos sociais pertencentes e com isso compreender sua posição e de sua comunidade na camada social, bem como o impacto e a potencialidade das suas ações.

Morador da Cidade de Deus durante vinte anos e há seis na Taquara, subúrbio do Rio de Janeiro, Wagner afirma que “a comunidade sente e enxerga como positivo as ações desse grupo”. Após ter sido mencionado como *morador da Taquara*, em uma entrevista, o cineasta foi cobrado por um antigo vizinho e amigo “Poxa Wavá, você é nosso! Você é da Cidade de Deus”.

Com esse questionamento podemos observar o peso carregado pelos sujeitos periféricos ao executarem suas ações socioculturais e a responsabilidade que possuem quando essas ações são reconhecidas de forma positiva. Essa nova forma de produção estimula aqueles que ainda se encontram distantes das práticas culturais e assim,

se estende à comunidade, ‘dão poder’ aos grupos que não freqüentam a arte e se baseiam, em grande parte, em noções de cidadania cultural segundo as quais a participação democrática pode fomentar-se ativando as culturas não hegemônicas no espaço público”. (YÚDICE, 2004, p.453)

Constantemente convidado para debates com jovens de periferia, Novais justifica a importância das ações culturais nas favelas e o retorno positivo dessas ações na formação da identidade dos sujeitos periféricos: “Há pouco tempo, essa rapaziada não tinha referência nem do fracasso. Hoje ela pode ver na nossa história, outras possibilidades, outros caminhos...” (NOVAIS, 2011).

Deve-se atentar para o movimento da generalização desse grupo social. Ou seja, não está sendo definido aqui que todos os jovens de periferia são compreendidos como *sujeitos periféricos*. Assim como relata David (Amen, 2012), presidente do Instituto Raízes em Movimento (objeto de estudo desse trabalho), sobre a (real) relação desse grupo social com o seu território.

O jovem está rodeado de muita informação e eu fico muito preocupado com uma coisa chamada marketing... Será que essa nova geração está preocupada com a transformação social ou quer ser promotora dela? Usando isso como um degrau, como uma auto-promoção? Não estou afirmando, não sei se é... [mas] qual a relação [dos jovens] com

esse território? [...] Qual é a preocupação: com o território ou com a sua imagem?<sup>5</sup>

O sujeito periférico, assim como a sociedade do mundo pós-moderno está em constante mudança. “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de ‘identificação’, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2006, p. 39). Não podemos oferecer conceitos fechados para esse grupo social, pois são sujeitos heterogêneos, assim como seu território. E assim como o próprio campo cultural. O processo de construção, busca por um referencial e descoberta de sua própria identidade, bem como sua inevitável transformação, que pode ser considerado mais dura para um indivíduo de periferia, se compararmos com um de classe média, por exemplo, em função de todas as circunstâncias e condições já expostas.

---

<sup>5</sup> Entrevista com David Amen, web designer e presidente do Instituto Raízes em Movimento, realizada no dia 16 de outubro de 2012, na Praça do Conhecimento – Nova Brasília, no conjunto de favelas do Complexo do Alemão.

## 1.2) Território periférico

### 1.2.1) O poder simbólico do território periférico

O conceito de “periferia” não será tratado pelo sentido geográfico, mas territorial. Ainda que algumas favelas localizem-se em bairros nobres, são espaços caracterizados pela pobreza, preconceitos, ausência de recursos, escassa presença do Estado, exclusão e desinteresse sociais. São Conrado, Complexo do Alemão, Gávea, Mangueira ou Jacarezinho, “seja como localização, seja sob um ponto de vista relacional, como posição, como graduação em uma ordem” (BOURDIEU, 1997, p. 160) seja qual for “a localização do espaço físico”, o indivíduo que ali residir, e o próprio território, serão sempre marcados pela trajetória social precária, que impõe dificuldades no acesso aos bens sociais.

Podemos estender essa explanação para qualquer outro local que não se caracterize como favela no âmbito geográfico, mas que possua as mesmas características, como a Baixada Fluminense no Rio, o sertão no Nordeste, etc. Tais locais também podem ser considerados territórios periféricos, pois apresentam condições de precariedade na inserção dos sujeitos na estrutura social. Não se trata, portanto, de uma definição geográfica, mas de uma definição que compreende os aspectos socioculturais e econômicos.

Diferentes espaços geográficos desenham essa periferia: planos, morros, misto de planos e morros podem ser apontados como geografia periférica carioca. Ou seja, “a estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social.” (Ibidem, p.160).

Acerca do poder simbólico de determinado espaço social e o seu efeito excludente, podemos afirmar que

o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida: os espaços arquitetônicos, cujas injunções mudas dirigem-se diretamente ao corpo, obtendo dele, com a mesma segurança que a etiqueta das sociedades da corte, a reverência, o respeito que nasce do distanciamento ou, melhor, do estar longe, à distância respeitosa, são, sem dúvida, os componentes mais importantes, em razão de sua invisibilidade [...], da simbólica do poder e dos efeitos completamente reais do poder simbólico. (Ibidem, p.160)

O conceito de *exclusão social*, a ser tratado nesse trabalho, refere-se, às ausências dos bens sociais mínimos para cidadania, à presença estatal estrita a poucos serviços e, conseqüentemente, à discriminação exercida pela sociedade. As más condições dos territórios periféricos se agravam em função dessa realidade de exclusão. O não planejamento do espaço urbano, característica do modelo nacional de urbanização, faz com que as cidades brasileiras e suas políticas públicas (que por si já possuem caráter seletivo) sejam construídas baseadas na centralização do poder e dos bens sociais, isolando as classes menos favorecidas das integrações sociais.

Na 1ª Conferência Nacional de Cultura, Raquel Rolnik apresenta medidas para a nossa estrutura de urbanização que privilegia as áreas ricas da cidade, em detrimento das periferias. Sugere

implementar uma política para ampliar o acesso da população de baixa renda à terra urbana, em condições adequadas, elemento fundamental para enfrentar o passivo de destruição ambiental e exclusão social que marca nosso modelo de urbanização. Significava mudar a agenda do planejamento e da gestão do solo urbano que, na maior parte das cidades brasileiras, sempre esteve mais voltada para a cidade formal, raramente dialogando com os mercados de baixa renda (ROLNIK, 2007, p.40).

O poder simbólico dos territórios periféricos deve ser interpretado junto ao conceito de cidade, pois

compreender a cidade em sua pluralidade é reconhecer a especificidade de cada território e seus moradores, considerando-os como cidadãos que devem ter seus direitos sociais garantidos na forma de políticas públicas afeiçãoadas a seus territórios. Trata-se de um princípio da validação plena da vida social, democraticamente orientada e configurada nos usos legítimos do território por grupos sociais marcados por profundas desigualdades sociais.

O processo de urbanização brasileiro revela que os marcos do ordenamento territorial é que foram sendo ajustados aos modelos de ocupação – e não o contrário –, salvo o caso das “cidades planejadas”, a exemplo de Brasília. Todavia, ao longo dos anos, e do processo de regulação da vida social estabelecidos pelo Estado, os assentamentos em favelas, por suas características morfológicas, e também por sua composição social, foram sendo relegados ao lugar da ilegalidade e da desconformidade com as normatizações que foram criadas pelos grupos hegemônicos que exerciam o poder político e econômico nas cidades.

Em função disso, acreditamos que uma definição de favela não deve ser construída em torno do que ela não possui em relação ao modelo dominante de cidade. Pelo contrário, elas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio-territorial e servirem de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios. [...] uma

morada onde grupos que se aproximam por valores, práticas, vivências, memórias e posição social, constroem sua identidade como força de realização de suas vidas. (SILVA, 2009)<sup>6</sup>

O mal funcionamento das políticas voltadas para o planejamento, gestão e (re)organização do solo urbano – das periferias, principalmente – reflete na forma escassa como os recursos básicos são administrados e distribuídos, como: saúde, saneamento, transporte, educação, cultura, dentre outros.

O sucesso de uma política pública para superação das desigualdades sociais, sobretudo as presentes em nossas metrópoles, só será possível quando esta abrigar uma política cultural que incorpore a diversidade da vida social dos espaços populares. Não podemos mais nos conceber cidadãos plenos quando vivemos divididos em lugares de supremacia cultural e lugares subalternizados, simplesmente porque estes últimos não trazem um legado cultural hegemônico ou representam uma contracorrente ao mercado criado pela indústria cultural. (BARBOSA, 2009)<sup>7</sup>

Políticas públicas, funcionando como “facilitadoras” do processo de segregação, contribuem de forma insuficiente para um movimento descentralizador dos bens públicos culturais. O impedimento desse movimento potencializa o não acesso aos mesmos, bem como fomenta o “sentimento de exclusão” desse grupo social. A centralização dos bens públicos culturais pode ser constatada através dos

dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), pesquisados a pedido do Ministério das Comunicações, mostram que somente 13% dos brasileiros vão ao cinema pelo menos uma vez por ano. A museus 92% nunca foram, assim como 93,4% nunca estiveram em uma exposição de arte e 78% jamais assistiram a um espetáculo de dança. Mais de 90% dos municípios do país não têm sala de cinema, teatro, museu ou outros equipamentos culturais.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Retirado do artigo “O que é favela, afinal?”

Em [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view\\_text.php?id\\_text=16](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=16) Acessado em 18 de abril de 2012.

<sup>7</sup> Retirado do artigo “Os espaços populares na política pública cultural.”

Em [http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view\\_text.php?id\\_text=13](http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/acervo/view_text.php?id_text=13) Acessado em 19 de abril de 2012.

<sup>8</sup> Retirado da reportagem “Povo lindo, povo inteligente: movimentos surgidos nas periferias reforçam o papel da cultura no protagonismo desses espaços”. Revista Continuum Itaú Cultural, 2010, p.15.

Quando grande parte dos equipamentos e ações culturais concentram-se nas zonas centrais da malha urbana, distantes nos âmbitos financeiro e social das periferias, esse sentimento de inferioridade contribui, de certa forma, para a produção das “novas” práticas alternativas nos territórios de baixa renda, visto a constante ampliação e transformação do Terceiro Setor, como veremos a seguir.

Iremos focar no território do Rio de Janeiro, que possui diversas ONGs, OSCIPs, Instituições, dentre outras ações do Terceiro Setor. Segundo fonte da ABONG (Associação Brasileira de ONGs) são mais de 300 mil organizações sem fins lucrativos.

No último dia 7 de agosto [de 2011], foi lançado o segundo suplemento sobre as Fundações e Associações Privadas Sem Fins Lucrativos no Brasil, pesquisa desenvolvida a partir da parceria entre IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA, a Associação Brasileira de ONGs – ABONG e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE.

Com base em dados do Cadastro de Empresas – CEMPRE de 2005, a pesquisa demonstra que existem hoje no Brasil 338 mil organizações sem fins lucrativos divididas em cinco categorias: 1. que são privadas, não integram o aparelho do Estado; 2. que não distribuem eventuais excedentes; 3. que são voluntárias; 4. que possuem capacidade de autogestão; e, 5. que são institucionalizadas.

O crescimento do número de organizações, bem como sua diversificação, são reflexos da democracia brasileira, mas o resultado da pesquisa demanda um olhar atento sobre suas especificidades e não pode ser considerado bom ou ruim *a priori*. Além disso, é preciso considerar o alto nível de precariedade deste crescimento, considerando hoje as frágeis formas de financiamento dos trabalhos destas organizações.<sup>9</sup>

É preciso esclarecer que esse é um dado a respeito de ONGs e OSCIPs, que de alguma forma estão inseridas em análises quantitativas e qualitativas. Entretanto, existem centenas de outras iniciativas, projetos, grupos e demais integrantes do Terceiro Setor, que não são de conhecimento público, muito menos constam em pesquisas de associações especializadas.

---

<sup>9</sup> Retirado da pesquisa realizada pela ABONG (Associação Brasileira de ONGs), disponível no site <http://www2.abong.org.br/ongs.php>. Acessado em 18 de abril de 2012.

### 1.2.2) Produção de sentido do espaço: periferia e centro

A dualidade territorial, comumente atribuída aos espaços: informal/formal; periférico/central; morro/asfalto é um reflexo da nossa sociedade hierarquizada, tendo em vista que

não há espaço em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta. (BOURDIEU, 1997, p. 160)

Todavia a relação estabelecida entre esses espaços e a circulação de informações entre eles, desmitifica o fato de serem territórios totalmente distintos.

O conceito de *cidade partida* tende a ser questionado, pois esses espaços não são “intocados” (um em relação ao outro), ainda que haja infinitas diferenças e distâncias sociais e possuam cada um sua especificidade e perfil distintos, a presente circulação de sujeitos e informações é uma realidade. O indivíduo do território central transita e troca experiências com território periférico e seus sujeitos, bem como o indivíduo de origem pobre com os sujeitos e territórios centrais.

O equívoco fundamental dessa visão sociocêntrica [a visão de “cidade partida”], referenciada nos setores médios da cidade e massificada pelos meios de comunicação, é considerar que as distinções espacial, econômica e cultural, manifestas na demarcação de territórios dos diversos grupos sociais residentes na cidade, são suficientes para esfacelar a cidade. Não é partida uma cidade que construiu e constrói os vínculos históricos, econômicos, políticos, culturais existentes no Rio de Janeiro; onde se manifesta uma rica circularidade dos grupos sociais, em particular os populares. Essa dinâmica histórica gerou uma cidade plural, mas única, decorrente das variadas formas de encontros e distâncias estabelecidas no cotidiano dos cariocas. O fato dos setores que habitam os espaços formais não a perceberem, de forma ampliada, não impede que ela exista. (SILVA, 2003)

mo que possamos considerá-los como territórios interligados e uma circulação legítima de sujeitos e informações, os encontros ainda apresentam-se superficiais e silenciosos, reduzindo as possibilidades de maiores trocas de conhecimento e experiências entre todos os territórios da cidade.

Um dos fatores que proporciona esses encontros é o universo acadêmico que possui em seu corpo discente (mesmo em um número ainda insatisfatório) alunos de periferia que



duramente ingressam em uma universidade, e assim cria-se um espaço de convivência em que ambos os territórios são representados, por mais desigual que possa ser essa relação, ela existe.<sup>10</sup> Assim, essa nova geração de sujeitos periféricos, cursando nível superior, proporciona diferentes experiências para o território e novas possibilidades de visões sobre este espaço.

As periferias já possuem uma percepção, mesmo que superficial, em desenvolvimento ou aprofundada, da importância das práticas culturais para sua comunidade e sujeitos, para o desenvolvimento de uma mobilização social e, conseqüentemente, para a (re)significação do sentido do seu espaço.

Para Alan Brum, secretário executivo do Instituto Raízes em Movimento, objeto de estudo deste trabalho, o diálogo com o território sempre foi muito importante para a concepção da existência do próprio instituto e de suas práticas culturais: “O que queremos fazer com a cultura? Queremos movimentar, criar pontes com a cidade, quebrar o gueto... O termo *raízes* são os moradores do Complexo do Alemão criando pontes culturais com a cidade, pontes de articulação de cultura, de desenvolvimento na área Política, construir pontes e destruir muros.”<sup>11</sup>

Entretanto, é importante refletir acerca da *ocupação legítima* de determinado espaço, que se encontra em um momento anterior a sua modificação e as aplicações de novos sentidos a ele:

Entre todas as propriedades que a ocupação legítima de um lugar supõe, estão, e não são as menos determinantes, as que não se adquirem senão pela ocupação prolongada desse lugar e a freqüentação seguida de seus ocupantes legítimos: é o caso, evidentemente, do capital social de *relações* ou *ligações* (e muito particularmente dessas ligações privilegiadas que são as amizades de infância ou de adolescência) ou de todos os aspectos mais sutis do capital e lingüístico, como os modos corporais e a pronúncia (o sotaque), etc. São traços que conferem todo o seu peso ao lugar do nascimento (e, em menor grau, ao lugar de residência). (BOURDIEU, 1997, p.165)

---

<sup>10</sup> Em abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, validou a adoção de políticas de reserva de vagas para garantir o acesso de negros e índios a instituições de ensino superior em todo o país. O STF decidiu que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil Disponível em: <http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2012/04/stf-decide-por-unanimidade-pela-constitucionalidade-das-cotas-raciais.html> Acessado em 11 de maio de 2012. Segundo a ONG Educafro ([www.educafro.org.br](http://www.educafro.org.br)), são mais de 180 universidades brasileiras a utilizar o sistema de cotas.

<sup>11</sup>Entrevista com Alan Brum, cientista social e secretário executivo do Instituto Raízes em Movimento, realizada no dia 28 de abril de 2012, na Praça do Conhecimento – Nova Brasília, no conjunto de favelas do Complexo do Alemão.

### 1.3) Os reais usos da Cultura

#### 1.3.1) “Novas” práticas alternativas de cultura

Em sentido amplo, dá-se o nome de prática cultural a toda atividade de produção e recepção cultural. [...] Um enfoque ainda mais rigoroso reserva o uso da expressão *práticas culturais* para aquelas atividades que movem um grupo ou comunidade numa determinada direção, previamente definida sob um ponto de vista estético, ideológico, etc. Nesta concepção existe embutido um juízo de valor. (COELHO, 1997, p. 313)

A conceituação de Teixeira (Coelho, 1997), trata de forma abrangente a prática cultural e chama atenção para as atividades desenvolvidas de maneira participativa. O uso da expressão, “práticas alternativas”, para este trabalho, refere-se às produções culturais pensadas e desenvolvidas dentro deste espaço periférico e imerso no ambiente característico do referido território. São atividades que se iniciaram de forma precária e desorganizada, e hoje incorporaram as transformações estruturais do Terceiro Setor. “Nova”, pois essas ações já são realizadas há algum tempo, além de ainda estarem sendo (re)conhecidas. Todavia, estamos tratando de um outro tempo, um outro espaço, com sujeitos e território modificados pelo mundo contemporâneo.

Hoje existem mais possibilidades de construções de ações, devido aos avanços tecnológicos, possibilidades mais acessíveis [...]. Existe uma maior facilidade, devido ao “boom tecnológico”. [...] A produção cultural caminha lado a lado com os avanços tecnológicos.

Com isso, novas formas de se produzir cultura. [...] O Raízes [em Movimento] começou em uma favela totalmente diferente do que ela é hoje. Hoje é um outro modelo de favela. (Amen, 2012)

O termo “alternativo” será também considerado, dentro de um universo periférico, como o modo de criar possibilidades para reverter determinado obstáculo social e para legitimar as formas de ação dos sujeitos periféricos. O alternativo é exercido quando não há o conhecimento técnico, capacitação para exercer determinadas funções e executar a atividade em si, executando esta de outra forma. Diferentemente do indivíduo selecionado que detém esse saber especializado (seja técnico e/ou acadêmico). Tratamos de “práticas alternativas”, as ações exercidas sem esse saber especializado, sem alguma espécie de *capital intelectual* (dominante) responsável pela condução e realização das referidas ações.

O exercício das “novas” práticas também é questionado por indivíduos do próprio território periférico, no momento em que o sujeito da ação, encara e reconhece possibilidades de expressão e mobilização através de suas produções artísticas e culturais, enquanto outros sujeitos (ainda) não identificaram a importância dessa questão. No trecho a seguir, Luciana Bezerra, coordenadora do Núcleo de Audiovisual Nós do Morro, relata o olhar da comunidade perante o início do trabalho artístico realizado pela instituição da favela do Vidigal.

Fomos também taxados de esquisitos. Os playboys, os que gostavam de coisa de rico (arte no nosso país é coisa de rico), os que rejeitavam a favela. Porque ir ao baile para o Nós [do Morro] passou a ser escasso, não porque o funk fosse rejeitado, mas ele era mais uma cultura a ser absorvida dentro de toda efervescência musical na década de 1990 [...]. Queríamos estar em todos os lugares [...]. Era preciso não só trabalhar, estudar, era preciso se infiltrar na sociedade, se inserir, ser aceito, se aceitar. (BEZERRA, 2010, p.125)

### 1.3.2) O uso da Cultura como recurso para uma mobilização social

George (Yúdice, 2004), em sua obra *A conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*, apresenta a Cultura como recurso para processos políticos e econômicos. Seguindo uma lógica semelhante, este trabalho propõe apresentar as práticas culturais como recurso para uma mobilização social no território das periferias.

Trataremos mobilização social “como um processo educativo que promove a participação de muitas e diferentes pessoas em torno de um propósito comum” (TORO e WERNECK, 1996) e a Cultura como “viabilizadora da cidadania fundada na participação ativa da população” (SANTANA, 1999 apud YUDICE, 2004, p.32).

Na periferia, campo estigmatizado pela informalidade, o sujeito produz baseado no seu saber empírico, aprendizado adquirido seja na vivência individual ou nas experiências compartilhadas. Na carência do saber especializado essas ações culturais ganham notoriedade, tornando-se inclusive elemento de pesquisa no campo da Produção Cultural. É válido ratificar que os sujeitos com conhecimento além do empírico, são “uma minoria privilegiada dentro de um grupo bem maior de desprivilegiados” e, para este trabalho, fazem parte do mesmo grupo social que utiliza também o saber empírico para desenvolver seus trabalhos socioculturais.

As manifestações culturais de origem periférica terão influência do modo de vida dos seus sujeitos, da forma como se relacionam, como pensam o mundo e a sociedade, assim como qualquer outro grupo social. Por ser um espaço marcado pela ausência, as práticas culturais de periferia também são caracterizadas pela denúncia de suas mazelas sociais.<sup>12</sup>

Além de potencializar as vozes de cobrança pelos direitos básicos de cidadania, as práticas culturais alternativas são pensadas e elaboradas para atingir primeiramente os indivíduos da comunidade no qual aquele trabalho sociocultural é oriundo. Em um território onde as notícias sobre suas negações são constantes, essas ações constroem espaços de socialização, possibilidades de encontro, reconhecimento da periferia com ela mesma e objetivos comuns, pois “é por haver um propósito que se torna possível falar de cultura como recurso”. (Ibidem, p.63)

---

<sup>12</sup> Esse caráter de denúncia não pode ser generalizado a todas as práticas culturais periféricas, pois assim como qualquer outro território, a favela também possui diversos outros temas e campos de possibilidades de produção, criação e fruição culturais.

As possibilidades de encontros proporcionadas pelas “novas” práticas culturais estão atreladas ao exercício da participação coletiva, que pode ser entendida como um

processo de mobilização social, que é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado. (TORO e WERNECK, 1996, p. 15)

Essas ações não são voltadas exclusivamente para sua própria comunidade, já que esses atores sociais objetivam estabelecer relações sociais entre eles mesmos e com outros sujeitos, os centrais (do asfalto). Apresentando seu modo de produção para indivíduos de outros territórios, possibilitam trocas simbólicas de saberes. Tendo em vista que estão inseridos em um sistema capitalista, a visão mercadológica também faz parte desse processo de trocas e negociações.

Sobre a interação dos moradores do Complexo do Alemão e as pessoas de fora durante uma das ações do Raízes em Movimento, David Amen presidente do Instituto, relata:

As pessoas da favela se intimidaram com as pessoas de fora, pessoas ‘estilosas’, pessoas ‘diferentes’ do que elas estão acostumadas a ver, por não terem tantas pessoas de fora ao mesmo tempo dentro do seu território. Estratégias foram pensadas para que a interação existisse. Com o tempo foram vendo que isso era em função de ser uma ação nova e diferente, assim a comunidade passou a se acostumar com essa nova presença.<sup>13</sup>

Seja na realização de oficinas de grafite, aulas de dança, de música, saraus de poesia, oficinas audiovisuais – hoje um campo artístico muito forte nas favelas do Rio, em função do fenômeno das novas tecnologias e, principalmente, do acesso a elas – ou um evento plural de artes integradas, as práticas culturais da periferia são desenvolvidas para suprir as lacunas socio-culturais, mas acima de tudo, têm a meta de andar “na contramão das forças que promovem o individualismo, a alienação e a espetacularização, possibilitando, a participação, a vivência e o enriquecimento da experiência humana.” (VAZ e SELDIN, 2008).

Podemos dizer que as “novas” práticas alternativas utilizam a Cultura como recurso para alcançar uma mobilização social, quando esta “significa convocar discursos, decisões e ações no

---

<sup>13</sup>Entrevista com David Amen, web designer e presidente do Instituto Raízes em Movimento, realizada no dia 24 de março de 2011.

sentido de um objetivo comum, para um ato de paixão, para uma escolha que ‘contamina’ todo o cotidiano.” (TORO e WERNECK, 1996, p.5). Visto que essas ações possuem em seu escopo a ideia da participação, da ação coletiva para um mesmo objetivo e da contínua construção da vivência.

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados cotidianamente. (Ibidem, 1996, p.5)

Por essas razões, se faz necessário refletir sobre a importância das “novas” práticas alternativas de cultura, pois

valorizar e mobilizar a diversidade de manifestações culturais e artísticas dos moradores dos espaços populares é um ato primordial de construção de uma sociabilidade urbana renovada. Vislumbra-se, como efeito, a ampliação da circularidade de imaginários, de obras, de bens e práticas culturais na cidade sob o primado da comunicação entre próximos e distantes. Afinal, a cultura se torna mais rica quando expandimos as nossas trocas de imaginários, de saberes, de fazeres e convivências. (BARBOSA, 2009)

## II - Ação interna e ação externa: distintas presenças na favela

Sendo um território em constante conflito, seja político, ideológico e/ou identitário, reconheço na favela a possibilidade de apontar duas ações distintas, apenas como um método de análise: as Ações Interna e Externa. Como as expressões já explicitam, tratam-se de iniciativas desenvolvidas dentro de comunidades, pelos próprios sujeitos periféricos e ações criadas por outros sujeitos que não os periféricos. Cada processo apresentado é cercado pela dificuldade em tratar a heterogeneidade presente no território da periferia, cada qual com sua forma de ação e interesse específicos.

É bom ratificar que não há predileção por nenhuma das ações, essas categorias foram “nomeadas” unicamente em função de identificar e analisar a produção de Cultura dentro de periferias e a origem das referidas ações. Ainda que de maneira geral e apenas ilustrativa neste momento, será apresentado como cada ação funciona, seus responsáveis, funções e desdobramentos de cada forma de iniciativa.

O setor cultural do país apresenta índices positivos de desenvolvimento e crescimento econômico, como demonstra o Ministério da Cultura com o “desempenho recorde na sua execução orçamentária no ano passado. Dados da Secretaria Executiva mostram que a pasta empenhou, em 2011, cerca de R\$ 1,07 bilhão, 99% do limite autorizado pelo Ministério do Planejamento”<sup>14</sup>.

Neste momento, iremos apresentar diferentes formas de desenvolvimento cultural (em seu sentido simbólico e expressivo) realizado nas periferias e exemplificado pelas ações internas e externas. Propondo uma reflexão sobre como esse desenvolvimento está sendo estimulado, fomentado e executado.

---

<sup>14</sup>Em <http://www.cultura.gov.br/site/2012/01/06/minc-executa-quase-100-do-orcamento-de-2011/>  
Acessado em 25 de março de 2012.

## 2.1) Ação interna

Ações socioculturais nas periferias do Rio de Janeiro são executadas há mais de 20 anos,

a partir dos anos 80 [...] projetos culturais diferenciados começaram a surgir, aliando a produção cultural a um caráter pró-ativo no intuito de superar as desigualdades sociais. Estes projetos, muitas vezes oriundos de movimentos associativos organizados em áreas periféricas, tiveram o seu boom na década de 1990. (VAZ e SELDIN, 2008)

Instituições como o Nós do Morro, localizado no Morro do Vidigal e fundado em 1986<sup>15</sup>; a CUFA (Central Única das Favelas), na Cidade de Deus, fundado em 1999 atuando em 25 estados brasileiros, além do Distrito Federal<sup>16</sup>, dentre outras instituições. Começaram como pequenas iniciativas e hoje conquistam visibilidade, mídia e, com isso, também financiamento. Existem também as iniciativas que continuam como pequenos projetos, mas mesmo sem o tamanho conhecimento público, utilizam diferentes formas de ação para dar continuidade às suas práticas culturais.

O Centro de Estudos de Políticas Públicas (CEPP), através do Programa Juventude com Arte, realiza o mapeamento de experiências socioculturais. “A grande missão é localizar ações integradas que visam contribuir para identificação, fortalecimento e divulgação de grupos e instituições que trabalham com arte e cultura, envolvendo jovens brasileiros, com foco na transformação social”<sup>17</sup>. O mapeamento identificou mais de 2.000 práticas socioculturais divididas em: *ONGs*, *ações do governo* e *experiências*. Criado em 1991, o CEPP, coordena o Programa desde 2005, nas seguintes áreas: Região Nordeste, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro.

---

<sup>15</sup>Disponível em [http://www.nosdomorro.com.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=3&Itemid=4](http://www.nosdomorro.com.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=3&Itemid=4)  
Acessado em: 25 de março de 2012.

<sup>16</sup> Em <http://cufa.org.br/a-cufa/> Acessado em: 25 de março de 2012.

<sup>17</sup>Em <http://www.juventudearte.org.br/banco-de-experiencias/o-banco-de-experiencias/index.shtml>  
Acessado em: 25 de março de 2012.



As práticas culturais iniciadas na década de 80 tornaram-se referência e multiplicadores das suas experiências. Em função da nova forma de pensar o Terceiro Setor e de toda a área social, as ações socioculturais chegaram também no campo da pesquisa, visto o exemplo do mapeamento realizado pelo CEPP. Cada geração vem traçando seu perfil e sua forma de ação. De acordo com a inserção de novos saberes, o crescimento das manifestações artísticas e a mudança na trajetória social dos sujeitos periféricos, vem contribuindo para a transformação das práticas socioculturais em periferias.

O processo de transformação compreende a apropriação do fazer cultural por parte dos sujeitos periféricos; o início de uma abertura de políticas públicas voltadas para a periferia, como o edital *Criação Artística do Funk* lançado pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – junto ao programa de Caravanas, que percorreu 27 regiões do Estado para divulgar e auxiliar os grupos na formulação e inscrição dos seus projetos; a SEC destinou quinhentos mil reais para o referido edital, foram contemplados 25 projetos, dentre 108 inscritos<sup>18</sup> –; o interesse privado na periferia (a ser aprofundado em *ações externas*); além da curiosidade da mídia e parte da sociedade – que nunca pensou ver notícia da favela fora das manchetes policiais.

Com o acesso deficitário a uma ordem de bens culturais, os sujeitos reinventam a forma como ver e utilizar a Cultura, a fim de estabelecerem uma relação sem distanciamentos. A Agência Redes para Juventude, coordenado pelo cineasta e ativista cultural Marcus Faustini, tem como objetivo “promover a autonomia através da experiência. É para o jovem virar um operador do mundo. Mesmo que o projeto dele não dure muito ou que não seja auto-sustentável, na Agência ele terá passado pela experiência de concretizar uma ideia. [...] Eles aprendem a solucionar imprevistos, e a planejar e administrar tempo, gastos, receitas e lucro”.<sup>19</sup>

As linhas de ação utilizadas pelo Raízes em Movimento, iniciaram com pré-vestibulares comunitários, aulas de capoeira e construção de uma biblioteca. Hoje compreendem ações como eventos culturais, oficinas de grafite, empreendedorismo social e econômico, pesquisa pela

---

<sup>18</sup> Em <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/secretaria-de-estado-de-cultura-divulga-resultados-de-seus-editais-de-funk-e-cultura-digital> e <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/caravana-do-edital-do-funk-chega-a-cidade-de-deus>. Acessado em 30 de março de 2012.

<sup>19</sup> Em <http://agenciarij.org/wp-content/uploads/2012/02/Ag%C3%A4ncia-1-11.pdf>. Acessado em: 25 de março de 2012.

memória das favelas do Complexo do Alemão, além de iniciativas (em parceria com a ONG Verdejar, também localizada no Alemão) voltadas para a preservação ambiental.

As ações internas realizadas em periferia adotam diversas possibilidades: linguagens artísticas (teatro, dança, música, circo, audiovisual, artes visuais, design, artes plásticas, artesanato, tecnologia) e formatos (eventos periódicos, oficinas, rádios comunitárias, cineclubes, coletivos de criação, festivais). Além de projetos com outras linhas de ação (categorizados também como “novas” práticas alternativas) possuem uma dimensão de gestão semelhante, mas não trabalham com uma linguagem artística específica, como: sustentabilidade, educação ambiental, esporte, moda, gastronomia.<sup>20</sup> Com muito ou pouco recurso financeiro continuam sustentando a proposta de utilização da Cultura para uma possível transformação social através da participação coletiva.

As formas de ação dos atores sociais presentes dentro da periferia (ações internas) também são questionadas, tendo em vista as divergências político-ideológicas desse território.

Determinadas ações internas estão legitimando discursos e segregando ações. Não permitem um trabalho em coletivo, desvalorizando um aparato de experiências já realizadas.

Não adianta colocar um mega show se ele não trabalha para as pessoas. O que isso colabora para essas pessoas? Qual a colaboração desse local e para esse local? Deve existir o compromisso do *despertar cultural*, trabalhar a cultura compromissada com a formação. Preocupando-se com uma perspectiva para aquelas pessoas. [...] Quando chamamos o morador, [para participar de alguma atividade do Raízes em Movimento] quero que ele se sinta parte do processo. Fazer ele se sentir capaz de produzir. “Você pode produzir, você não precisa ficar apenas como um receptor.” (Amen, 2012)

Retomando a questão do uso da cultura em prol de propósitos compartilhados, determinadas instituições (como ONGs e OSCIPs) criam meios alternativos para desenvolver sua metodologia e

estratégias eficientes para atuar em direito dos desprivilegiados. Para atingir seus objetivos, as ONGs têm se destacado também por utilizar a cultura como recurso para

---

<sup>20</sup> Alguns exemplos de práticas culturais oriundas das favelas e periferias do Rio de Janeiro: Cineclube Mate com Angu (com o foco em curta-metragens, as exhibições apostam na força da produção mais atual dos realizadores independentes do cenário brasileiro, desde 2002 na Baixada Fluminense - RJ); Circo Crescer e Viver (trabalha com o circo social, através das artes circenses, transformou-se em uma das mais expressivas instituições do circo brasileiro.); Coopa-Roca (criada na década de 80, a cooperativa é composta por moradoras da Rocinha, que produzem peças artesanais focadas no mercado da Moda e Design.

transformação social. Um dos aspectos que mais chama atenção, nas ONGs voltadas para esse segmento de crianças e adolescentes, é o fato de o ensino da arte ser o principal componente dos seus projetos educativos (CARVALHO, 2007, p. 57).

Para este exemplo, iremos utilizar uma pesquisa sobre três ONGs, localizadas nos estados da Paraíba e Pernambuco realizada por Livia (Carvalho, 2007), que revela o processo educativo das ONGs diferente do desenvolvido pelas escolas tradicionais.

A intenção não é substituir a escola, mas agir paralelamente a esta estendendo suas ações educativas a dimensões que vão além das oferecidas no sistema escolar. Enquanto nas escolas formais os conhecimentos transmitidos são sistematizados e organizados em uma determinada sequência, muitas vezes, longe da realidade dos alunos, nas ONGs os conteúdos são adaptados às demandas específicas daquele grupo. A Darué Malungo, que atende uma comunidade de maioria negra, elegeu trabalhar a dança e a música afro-brasileiras para transmitir uma herança e construir significados e, assim, resistir ao preconceito e a outras formas de discriminações. Por sua vez, a Casa Renascer, que trabalha com meninas que entraram na prostituição infanto-juvenil ou estão em risco de seguir desse caminho, enfatiza o ensino do teatro porque, através dos personagens, elas expressam suas dores, seus sentimentos, suas alegrias dando uma ressignificação à sua vivência. O teatro possibilita ainda apresentações de peças teatrais, podendo levar ao público as temáticas discutidas nas oficinas, contribuindo, assim, para ampliar as discussões e reflexões sobre o assunto (Ibidem, p. 58).

Independente da linguagem artística utilizada, as possibilidades de uso de tais práticas se abrem, se multiplicam e se reinventam, visto o campo tão heterogêneo que é a favela e territórios de carência semelhante.

Grande parte das ações internas é desenvolvida e liderada por jovens moradores de periferia, projetos que contam com o jovem como colaborador e sujeito dos processos criativos, culturais, sociais e educacionais, como já mencionado, anteriormente. Essas iniciativas afirmam e mostram a potência existente nesse grupo de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com atores sociais não-periféricos, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los. Compreendendo que também possuem o direito à produção de cultura dentro do seu território e sob sua própria perspectiva.

Entretanto, Alan (Brum) faz outra leitura sobre a questão da juventude nos processos socioculturais atuais de periferia.

Existe um trabalho para além da questão da juventude, existe um trabalho midiático de revalorização, e isso não é benéfico, isso é crítico. A revalorização do espaço da favela,

no sentido de desconstruir a memória da favela, porque estão querendo fazer uma assepsia e apagar a história da favela. Parece que a favela está surgindo agora, com valores que não necessariamente lhe pertencem, querendo desconstruir os valores existentes, desconstruir a história que eles [os moradores] viveram, pro bem e pro mal, não tem que apagar essa história, essa história tem que ser contada. Ela vai ser reconstituída a partir dos seus atores e não ser imposta através de um processo midiático. E isso tem acontecido muito fortemente.

Essa percepção de ser protagonista, isso pra mim faz parte de um processo midiático de revalorização do espaço da favela. Vejo muitos jovens sendo usados pra isso, ‘despontar personalidades soltas’, eu sou muito desconfiado disso... São jovens e assim, mais fáceis de serem induzidos. Chamam um jovem que nem tem tanta experiência na diversidade das vidas nas favelas pra ser consultor de programa de televisão, isso acontece, tem isso aqui dentro!

Nesse sentido, eu não acho que o estrelismo é o ideal, me incomoda. Eu acho que isso não ajuda em nada a favela, porque desenvolver uma pessoa faz com que amorteça as lutas para o fortalecimento de políticas públicas mais universalizantes. Amortece a pressão social sobre o governo para que tenha uma política pública de educação e acessibilidade à universidade de qualidade pra todos, por exemplo. [...]

Precisa ter muito investimento de qualidade para a juventude, mas não no sentido de promover algumas estrelas. Deve ter uma política mais abrangente que crie condições de acessibilidade e aí cada um define sua vida. Criar acessos sociais, econômicos, políticos é obrigação do poder público. (BRUM, 2012)

Podemos dizer que essa nova geração composta pelos sujeitos periféricos, reinventa a periferia através do seu capital cultural territorial, ou seja, suas experiências cotidianas e relação íntima com o território, na ausência de um capital intelectual. A estrutura de desenvolvimento das “novas” práticas alternativas de cultura é “marcada por uma experiência territorial que dá suporte e legitimidade aos significados buscados para parte da produção cultural brasileira [...] – tem sido associado a expressão do capital cultural necessário à manifestação da lógica do campo e de um novo *habitus* artístico legitimador.” (DOMINGUES, 2010, p. 58)

### 2.1.1) Legitimação externa

A “negação de valor” (SOUZA, 2006) e “sentimento de exclusão” (MACHADO, 2007), já discutidas neste trabalho, parecem não ter espaço neste panorama das ações internas, onde aparentemente, os sujeitos periféricos assumem como protagonistas. Aparentemente, pois algumas ações possuem especialistas de diversas áreas atuando como coordenadores e parceiros colaborativos, auxiliando na condução e desenvolvimento dos projetos. Pode-se afirmar que as atribuições acima (SOUZA e MACHADO), não desaparecem instantaneamente, mas são amenizadas, pois trata-se de um cenário no qual a legitimação externa é condição indispensável para a realização dos trabalhos realizados dentro das periferias.

Acerca da produção de cultura nas periferias, Wagner (Novais) discute sobre a necessidade de uma legitimação externa:

A favela sempre produziu cultura, temos o Cartola, o Nelson Sargento da Mangueira... Precisa uma pessoa de fora afirmar, reconhecer, ratificar, legitimar e carimbar? Dar a chancela que aquela manifestação artística é considerada cultura com potencial? Hoje essa nova geração não tem mais paciência de esperar que alguém a legitime ou a que considere, ela faz acontecer com pouco ou nenhum recurso.

Ainda que existam grupos de sujeitos periféricos, dependentes de retornos e legitimações externas, essa nova geração se reconhece mais segura e preparada para criar e executar suas ações. Não existe mais a expectativa em constatar que determinada ação artística realizada pela e para a periferia será considerada como Cultura por algum “especialista” da área. Sobre a necessidade de legitimação das ações do Raízes em Movimento, Alan (Brum, 2012) afirma:

Existe a necessidade da legitimação, mas não é externa. A gente busca uma legitimação interna. Isso o tempo todo, a gente também não negligencia, a gente não busca, mas trabalhamos para que tenhamos. Não é uma coisa que gastamos energia para obter, para parecer legítimo, para ser reconhecido e ter essa legitimidade externa. A gente trabalha pra que isso seja consequência.

Agora internamente, temos uma preocupação muito grande sobre isso, pensamos, discutimos, debatemos e criamos alternativas de apropriação da comunidade dentro daquilo que estamos fazendo.

A legitimação externa é importante como consequência, a prioridade é a interna.

Nesse processo de legitimação externa, podemos levantar uma das questões responsáveis pela distância social entre as práticas culturais e as camadas populares: a sacralização da arte (BOURDIEU, 2003).

A sacralização estabelece com essas facetas [as faces do elitismo e do privilégio] uma relação simbiótica à medida que, torna os conhecimentos artísticos e a prática cultural desnecessários às camadas populares e um privilégio dos poucos eleitos e ‘naturalmente dotados’ para esses fins. [...]

Ao tornar o conhecimento artístico privilégio das elites e de alguns eleitos pela natureza para esses fins, impõe-se uma lógica cíclica em que o capital cultural vai para o capital cultural, ou seja, se estabelece uma lógica em que os produtos artísticos, sua posse e apreciação, são naturalizados como criação da elite cultural e se destinam a essa mesma elite (BOURDIEU, 2003 apud BARBOSA, 2007).

Em contra partida, as produções culturais desenvolvidos pelas *ações internas* – em sua grande maioria – são muito bem aceitas pelos moradores locais. A participação efetiva da comunidade é a essência dos projetos realizados pelo Instituto Raízes em Movimento, por exemplo. A distância social, conseqüência do fenômeno da sacralização da arte, não proporciona participação, tão pouco reflexão e fruição.

Assim como afirma David Amen (co-fundador do instituto), sobre o projeto *Circulando – Diálogo e Comunicação na favela* – projeto realizado pelo Raízes – e a relação com os moradores do Complexo do Alemão: “na primeira edição, houve voluntariado, na segunda as pessoas [da comunidade] já estavam confirmando presença. Na sétima tivemos que *barrar* pessoas. O Circulando passa a tomar um corpo, na qual as pessoas esperam, perguntam quando vai acontecer o próximo.”

Entretanto, será que os indivíduos da classe média-alta darão o mesmo reconhecimento, que certamente dão para projetos desenvolvidos por grandes produtores? As “novas” práticas alternativas de produção de Cultura possuem seu espaço no Mercado, garantem sua “fatia no bolo” dos recursos privados, editais públicos, assim como as conceituadas empresas e projetos culturais?

Ainda há um longo caminho a percorrer, entretanto essa nova geração executa suas práticas alternativas de produção com propriedade, iniciando uma compreensão dos direitos de apropriação aos bens culturais.

Vitor (Castro, 2009), em sua tese de mestrado sobre o “*Circulando*”, fala sobre a importância da referida ação para o território do Complexo do Alemão e para a relação com os moradores.

[...] A partir do momento em que você propõe uma mídia que trabalha de forma diferenciada os espaços populares, que trabalhe fora da lógica de produção de grandes empresas de comunicação e preocupada com a reflexão e apropriação das ferramentas utilizadas pela população, automaticamente você desconstrói a visão de mundo difundida pelo senso comum dentro desses espaços. Não cabe ao *Circulando* competir com os grandes meios de comunicação, mas mostrar outras imagens e produzir outras linguagens que atendam às demandas dos moradores de favelas, em especial aos moradores do conjunto de favelas do Alemão.

Com a produção partindo de um processo coletivo, em que as pautas e ações são pensadas em grupo, não necessariamente por pessoas que têm formação profissional e acadêmica para aquilo, você abre uma porta para que os moradores, independente de sua formação, possam também intervir no seu espaço de moradia. Com a quebra total da hierarquização da produção e com uma produção que contempla toda a coletividade dos integrantes, o papel do *Circulando* é qualificar a informação. (Ibidem, p.108)

## 2.2) Ação externa

### 2.2.1) Setor privado e Responsabilidade Social

O setor privado interfere no território periférico com suas ações e iniciativas objetivando qualidade de vida em todos os níveis para as populações de baixa renda. De certa forma, o Estado também o faz. Nesse sentido, para traçar um direcionamento de trabalho dentro da área social é criada uma forma de gestão chamada Responsabilidade Social Empresarial (RSE). De acordo com o Instituto Ethos, é definido

pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.<sup>21</sup>

O termo “Responsabilidade Social” será trabalhado a partir do conceito do Instituto Ethos, porém esse modelo de gestão sofreu transformações e adaptações de acordo com os processos sociais e históricos.

O tema Responsabilidade social empresarial ganhou intensa visibilidade nos últimos anos devido ao avanço da globalização. Autores mostram que diferentes abordagens para o tema foram desenvolvidas em diversos contextos históricos ou fases (Carrol, 1999; Kreitlon, 2004). Essas análises mostram que as várias abordagens ou fases são fortemente relacionadas a transformações sociais históricas importantes e a influentes agentes ou instituições. [...]

No contexto contemporâneo a literatura de RSE está em franca ascensão e passou a ser de interesse de muitos agentes e instituições. Muito desse interesse é explicado pelo cenário de desafios e contradições trazido pela globalização, os quais, segundo diferentes autores (Sklair, 2002), não devem ser resolvidos tão e somente pela ética corporativa. A globalização transformou a grande corporação em um ator tão ou mais importante do que Estados ou governos (Carroll e Buchholtz, 2000). Conflitos relativos à questão ambiental, ao abuso de consumidores, à interferência no âmbito das políticas públicas, além das reivindicações sociais e trabalhistas que remontam aos anos 1960, passaram a ser tidos como “normais” em diversos países ao longo dos últimos 15 anos e, correspondentemente, tratados como “estratégicos” pelas grandes corporações. [...] (FARIA e SAUERBRONN, 2007, p.13)

---

<sup>21</sup> Em [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)



Na contemporaneidade, o meio corporativo trabalha intensamente com “uma concepção de negócios baseada na responsabilidade social corporativa na era da globalização. Esse fenômeno está fortemente relacionado não somente a escândalos corporativos, mas também ao crescente poder das grandes corporações, inclusive nos âmbitos das políticas públicas e dos sistemas de regulação.” (Ibidem, p.17)

Os autores (FARIA e SAUERBRONN) apontam em sua análise, duas abordagens teóricas que irão facilitar a compreensão das intenções do setor privado com a sociedade e com o próprio campo social. Essas abordagens serão apresentadas para refletir a forma de trabalho de projetos socioculturais, caracterizados aqui como *ações externas*. São elas:

- abordagem social que

se caracteriza por um enfoque sociopolítico. Embasada na vertente de estudos chamada de “empresa & sociedade” (*business & society*), essa abordagem privilegia os interesses dos diferentes grupos de atores sociais com os quais a empresa interage e os conflitos e disputas de poder correspondentes. Essa abordagem traz a sociedade para o primeiro plano [...]. Segundo essa abordagem teórica, a RSE se baseia na interdependência entre empresas e sociedade. Por conseguinte, é esperado que a sociedade construa expectativas quanto ao comportamento e aos resultados das corporações.

- abordagem estratégica

Os focos dessa abordagem são as vantagens que as empresas podem tirar de oportunidades de mercado decorrentes de transformações nos valores sociais, ao se anteciparem a estes; as vantagens competitivas decorrentes de um comportamento socialmente responsável; e as vantagens resultantes da antecipação a novas legislações permitida por uma postura proativa (Jones, 1996). Em outras palavras, essa abordagem se concentra na gestão de temas sociais que permitam o atendimento dos objetivos estratégicos da organização (Logsdon e Palmer, 1988). (Ibidem, p.19-20)

As abordagens social (foco na relação entre empresa e sociedade) e estratégica (foco na gestão de temas sociais) categorizam como um organismo corporativo pensa a Responsabilidade Social e como prioriza a sociedade, os valores sociais e o “comportamento socialmente responsável”. O setor privado, por sua vez, se apropria desse novo momento das periferias, participando como patrocinador, apoiador ou qualquer outra meio de financiamento. Assim, há um pesado investimento e interesse privados na área social, sendo as favelas principal alvo para as ações de caráter assistencialista e caridoso.

Em outro estudo sobre a Responsabilidade Social corporativa, a autora Gianna (Soares, 2004) analisa o fenômeno através de uma perspectiva crítica, apontando “contradições entre o que os membros das organizações assumem como sendo ética, moral e democracia [...] [e questionando] a capacidade e o interesse efetivos das organizações em resolverem as adversidades sociais e ambientais.” (Ibidem, p. 3)

As críticas e contradições são acerca da responsabilidade social corporativa objetivar somente “ampliar a oferta dos produtos da empresa no mercado, discussões sobre a conveniência ou não da empresa adotar ações sociais, tipos de ação social mais adequada à empresa e a quem a ação social deve se dirigir, em função do ramo de atuação empresarial” (ASHLEY e MACEDO-SOARES, 2001 apud Ibidem, p. 9).

No âmbito desse discurso, porém, se revela que o direcionamento das organizações para uma nova postura em relação ao social se deve à competitividade típica do regime capitalista, que vem sendo reforçada recentemente pelo fenômeno da globalização. Nesse contexto, a sobrevivência da empresa depende da vantagem comparativa que ela consiga obter em relação a seus concorrentes, para o que, a legitimidade, a boa imagem corporativa e a maior visibilidade no mercado decorrentes da adoção de programas de responsabilidade social corporativa são essenciais (SROUR, 1998 apud Ibidem, p.9).

Nesse sentido, pode-se afirmar que um posicionamento socialmente responsável por parte da organização representa uma estratégia de marketing, pois garante um diferencial competitivo, que se dá especialmente a partir da consolidação de uma imagem corporativa favorável [...]. (GARAY, 2001 apud Ibidem, p.9)

Este apanhado de análises realizadas por autores do campo da Administração foi apresentado para justificar o poder simbólico e suas interferências no território existentes no campo de atuação da Responsabilidade Social, que por sua vez, causa grande influência na realização das práticas culturais em periferias, priorizando uma competição corporativa dentro do campo social. Desde o recorte teórico, passando pelo desenvolvimento estratégico das ações e, finalmente, a realização e resultado das mesmas.

As empresas entrando na favela, ignorando a identidade de outros indivíduos que aqui já estavam... Isso converge para um pensamento de que esse é o único caminho [o oferecido por essas outras instâncias], deslegitimando o que já existe.

O Raízes [em Movimento] começou em uma favela totalmente diferente do que ela é hoje. Hoje é um outro modelo de favela. Em razão de todas essas políticas que estão invadindo o território. Não há um diálogo para que possamos mostrar uma metodologia voltada para o desenvolvimento da comunidade. Isso não interessa pra empresa.

Não é uma disputa de território, é um oportunismo sujo. Qual é o compromisso social? Não existe.

Na esfera cultural há uma disputa. Assim como as “empresas mega”, também entram outras instituições. Não dialogam com quem já está trabalhando. (Amen, 2012)

Tratam-se de projetos não continuados, no qual a importância maior está na quantidade e não na qualidade e amplitude em que a prática cultural irá trabalhar. As ações externas esvaziadas de conteúdo, de visão puramente assistencialista e preocupadas em quantidade de ‘atendimentos’, são chamadas de *projetos pacotes* por Alan (Brum,2012).

Criticamos muito os projetos pacotes, projetos sem perceber as pessoas. A questão de profissionalização sempre em um nível pré-determinado (construção civil, eletricitista, garçon, etc), sem a viabilidade de acessos.

Nesse caminhar e criticando ações de outras instituições, criamos um lema institucional: promover o desenvolvimento das pessoas a partir das suas potencialidades, promovendo perspectivas de vida a partir das potencialidades humanas.

Desenvolver o potencial das pessoas e suas individualidades e não dar um pacote para ela engolir. (Idem)

Em sua fala, Alan compartilha a concepção do uso das práticas culturais para uma mobilização social, pois ratifica a importância de percepção do indivíduo e sua participação nos processos sociais. A mobilização social possui efeitos quando trabalhada cotidianamente por um grupo de pessoas com um propósito comum, diferenciando-se das *ações externas - projetos pacotes*, no qual o objetivo é particular e não compartilhado, além de não possuir continuidades e desdobramentos da ação.

Depois de despertar o potencial, não tem nada que tire isso da pessoa. Temos muita crítica de alguns projetos que só tem razão de ser enquanto ele existe, só possui resultado enquanto ele existe e, depois ele deixando de existir, não deixa nenhum fruto, nenhuma consequência. (Idem)

Por fim, existe uma relatividade acerca desse relacionamento, entre a periferia e as ações externas.

Existem os *pacotes-positivos*. Recebemos recentemente um projeto que prevê trabalhar com crianças e com a estrutura familiar das mesmas. Com essa proposta, foi possível um diálogo, foi possível o Raízes [em Movimento] intervir com algumas ações [...].

O positivo se dá a partir do diálogo e isso é muito bacana, são pessoas de fora se disponibilizando a dialogar e construir junto. [...] E, a partir desse diálogo, podemos abrir para uma rede de outras instituições que também podem contribuir e somar com as demandas dessa *ação externa*. Diálogo com o *externo* se faz necessário.

Essas ações externas precisam se atentar para os movimentos, ouvir as pessoas. O Raízes é um articulador, não é o Raízes que vai dizer, são as pessoas. (Amen, 2012)

## 2.2.2) O mercado do pobre, o pobre consumidor e o pobre “fazedor” de cultura

As classes formadas pela população de baixa renda conquistaram um espaço no grupo dos consumidores, possibilitado por um real crescimento econômico do país. O economista e chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, apresenta uma pesquisa que vem desenvolvendo nos últimos anos a respeito da referida ascensão social:

Seus estudos constataram que há uma nova classe média no Brasil: os números indicam que de 2003 a 2012 mais de 40 milhões de brasileiros ascenderam economicamente. A pesquisa capturou as várias dimensões das mudanças na sociedade brasileira decorrentes da estabilidade econômica, dos efeitos da globalização e da dinâmica social e demográfica. O levantamento mostrou que os grupos que conquistaram os maiores aumentos de renda foram exatamente os que antes eram mais marginalizados.<sup>22</sup>

É importante ressaltar que essa ascensão econômica não modifica a condição de pobreza das camadas de baixa renda, mesmo que estejam começando a fazer parte de um grupo de consumidores (e não só de sobreviventes), a desigualdade socioeconômica continua existindo e os acessos aos bens sociais permanecem escassos. Ou seja, é superficial associar o fator classe (ascensão social) ao fator renda (maior poder de compra), além de ocultar as questões que esclarecem a origem social dos privilégios injustos.

Muitos autores discutem sobre a questão da existência ou não de uma “nova classe média brasileira”. Por outro lado, analisando por uma perspectiva “economicista” das interpretações da realidade social, o sociólogo Jessé Souza afirma que essa nova categoria “restringe o conceito de classe ao valor da renda e acentua o que ele chama de ‘invisibilidade da desigualdade’ brasileira.”<sup>23</sup>

Na mesma linha, o economicista Marcio Pochmann atribui o surgimento de uma nova classe média à um “aparecimento de novos segmentos no interior da classe trabalhadora”.

---

<sup>22</sup> Retirado da entrevista no programa “3 a 1”, TV Brasil, exibido em 05 abril 2012. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=vjwsZ6yoDBE>

<sup>23</sup> Retirado da reportagem “ABC das classes”. Em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/05/12/abc-das-classes-444627.asp>. Acessado em 11 de maio de 2012.

Nessa primeira década do século XXI, observamos que a centralidade da mobilidade social no Brasil se deu fundamentalmente na base da pirâmide social. Porque o Brasil gerou cerca de 20 milhões de postos de trabalho novos, mas 94% desses postos de trabalho foram até 1,5 salário mínimo. Foram postos de trabalho mais simples, no setor de serviços, por exemplo, vinculados a terceirização, trabalhos temporários... Esses postos de trabalho não são tradicionalmente ocupados pela chamada “classe média”.

A classe média em geral é um segmento cujas ocupações são de professores, bancários, atividades de dirigentes e administradores. E não foi isso que cresceu no Brasil. [...] O que nós temos é o aparecimento de novos segmentos no interior da classe trabalhadora, vinculada ao setor de serviços, atividades que não têm grande estabilidade, mas são atividades que geram remuneração ao redor de um salário mínimo [...], como tivemos um ganho de aumento do salário, isso foi fundamental para que novos segmentos chegassem no mercado de trabalho, tivessem ocupação, geralmente com carteira assinada e com renda um pouco maior para ampliar o consumo. Porque são segmentos que não poupam, portanto qualquer adicional de renda termina sendo encaminhado para ampliação do gasto, do consumo.<sup>24</sup>

Sobre a participação do pobre como consumidor e a percepção do Estado sobre este fato, Wagner (Novais) afirma que “o estado também já compreendeu que as classes populares são uma fatia de mercado e possuem força econômica. O pobre consome, o pobre usa roupa de marca. O Estado não oferece esses mecanismos apenas por piedade ou por reconhecer as manifestações artísticas da periferia, vê nessa massa um mercado consumidor [...]”

Os *mecanismos* citados pelo entrevistado são as ferramentas e recursos públicos (leis de incentivo, editais, fundos, prêmios, etc) e complementa:

[...] e essa nova geração que estamos falando já possui know-how da área [neste caso, mercado audiovisual], pode e deve assumir uma responsabilidade maior. Por que eu que estudei, me formei e atuo na área há dez anos, não posso utilizar a verba pública? Se um ‘Barretão da vida’ se apropria dessas ferramentas de incentivo fiscal, podendo tirar do bolso e fazer um filme? Eu posso e devo me apropriar delas. (Idem)

Assim, o Terceiro Setor vem se distanciando da qualidade de setor informal e amador, para um campo mais organizado e hierarquizado. O Estado e o Mercado ao identificarem esse novo nicho de mercado – as classes populares – reconhecem e utilizam suas características tornando-as mercadoria. É construída uma espécie de *mercado do pobre*, onde a pobreza deixa de ser categorizada apenas como problema social e passa a ser objeto de consumo. Cria-se a

---

<sup>24</sup> Retirado da entrevista “Marcio Pochmann: Despolitizada, ‘nova classe média?’ é desafio para partidos e sindicatos”. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/marcio-pochmann-despolitizada-nova-classe-media-e-desafio-para-partidos-e-sindicatos.html> Acessado em 11 de maio de 2012.

mercadoria da pobreza, após atribuir outros significados à condição da pobreza, estereotipando os códigos do território e do indivíduo periféricos.

O sistema capitalista, personificado pelas instâncias públicas e privadas, reconhece nos moradores de periferia, um público consumidor e investe nesse público oferecendo condições cada vez mais favoráveis para o consumo. O caminho não poderia ser diferente, visto a lógica do sistema: buscar consumidores para garantir o lucro como retorno.

Todavia, a partir de um dado momento, cria-se esse outro modelo de mercado, o da pobreza. Do mesmo modo que o sistema facilita o consumo para as classes populares, ele fomenta o mercado do pobre favelado – no qual ser/conhecer/visitar/se identificar com a favela é *cool*, original e *socialmente engajado*. Tornando o morador, a sua moradia, a escassez do território em todos os níveis, o modo de vida das periferias e tudo que está relacionado a ela, como um produto. Este produto será consumido em forma de programas de televisão, novelas, roupas, música e até em formatos intelectuais-dominantes (livros de arte, exposições em galerias, etc). Considerar esses fatos como atos superficiais e não refletir sobre eles é colaborar para o consumo das ações periféricas (re)produzidas pelo sistema e (re)significadas pelo modelo capitalista.

O objetivo aqui não é criar um distanciamento entre as práticas de periferia com as lógicas do sistema, a negociação com o mercado é legítima, seja com o território periférico ou com qualquer outro. A discussão é acerca da comercialização de uma (re)construção do que é de fato a periferia, realizada por ações do Mercado, Estado e processos midiáticos.

A favela entrou na moda, isso traz um discurso que não é a verdade. Eu falo isso para os garotos: “não legitima o discurso que não é verdade”.

Isso tem enfraquecido o nosso trabalho, porque você acaba entrando numa esfera que sobrevive disso, de quem *faz parte do jogo*. Éramos pra estar avançando e estamos regredindo. É como se estivéssemos voltando à resistência. (Amen, 2012)

Retomando uma fala do Alan (Brum) sobre o protagonismo de alguns indivíduos periféricos, ele discorre sobre a manipulação do espaço pelos processos midiáticos, mas vai além da re(significação) da periferia:

[...] eu não acho que o estrelismo é o ideal, me incomoda [...]. Parece que o governo já fez. Quando fazem um especial sobre o Complexo do Alemão, mostram turistas,

teleférico o tempo todo... Dizem “o Alemão mudou!”, mas ninguém mostra a vala, entende? Aquilo [o estrelismo] é um anestesiador para se fazer melhorias no esgoto, mas quando existem notícias sobre o teleférico e ocupação no Alemão, parece que os problemas estão resolvidos. E o problema básico, o saneamento básico, não está resolvido! [...]

E dependendo do momento e espaço que eu fizer esse discurso, fica parecendo que a gente é saudosista ao tráfico, saudosista ao gueto, e não é nada disso! A gente quer criar pontes, mas também não queremos perder nossa identidade e nossos direitos! (Idem, 2012)

Com a implementação do programa das UPPs, essa realidade se tornou mais latente, as favelas antes conhecidas como espaço de violência, hoje são pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro.

Ações externas vêm nas favelas oportunidades de trabalho e exploração em um “novo” espaço na cidade. A realização de um baile funk na Rocinha, por exemplo, chamado de ‘Baile da Favorita’, organizada por duas empresas de entretenimento. Trata-se de um evento que não tem participação da comunidade, devido ao alto valor do ingresso. A moradora da Rocinha, Carla Cristina afirma: “nunca fomos à Favorita. Parece boa, mas custa cem reais e tem que ter nome na lista. Tem mais playboy e famosos do que gente da comunidade. O que temos feito? Ficamos em casa, já que os bailes aqui dentro acabaram depois da UPP.”<sup>25</sup>

Comercialização de produtos que façam referência ao modo de vida da periferia, como roupas, acessórios com imagem de favela, veiculação de músicas massificadas sobre o tema ou ensaios fotográficos (ditos ‘artísticos’) com o cotidiano da periferia, são outros exemplos da espetacularização (invasiva). Essas práticas abusivas são questionadas pelos próprios moradores. Edimar Marcolino, pintor e criador da festa Flashback na comunidade do Santa Marta, para a mesma reportagem, diz que existe “(...) a invasão dos turistas e de cariocas que nunca subiram o morro. Fotografam tudo, criança, velho e até dentro de casa dos moradores, sem pedir. Vêm galinha andando e acham o máximo!”

Como a generalização é sempre um ato errôneo, a “abertura” e “entrada” nas favelas (seja em função das UPPs ou não) também proporcionam experiências positivas. A integração do Terceiro Setor com os setores públicos e privados já é uma realidade há alguns anos, porém a reflexão proposta neste momento é a possibilidade de ser desenvolvida de forma salutar e honesta.

---

<sup>25</sup>Trecho da reportagem “É dia de baile na favela, sem a favela”, no caderno Razão Social - O Globo, do dia 28 de fevereiro de 2012.



Caso a produção de cultura e demais processos sociais da periferia se estabeleçam como uma (re)produção do que o sistema julga ser uma experiência periférica, é possível que a periferia volte a ocupar o lugar de apenas espectador.

### 2.2.3) Empreendedorismo social

Recentemente um novo modelo de negócios surge no meio corporativo, trata-se do empreendedorismo social<sup>26</sup> aliado a prática dos negócios sociais<sup>27</sup>. Iniciativas caracterizadas também como *ações externas*, pois são idealizadas por atores não pertencentes ao território da periferia – não obrigatoriamente em um espaço caracterizado como favela, mas escasso de algum tipo de recurso – afim de uma transformação social utilizando as lógicas de mercado. A coordenadora dos Programas de Juventude da Ashoka, Olívia Martin, explica como se iniciou o trabalho da organização:

Os criadores da Ashoka tinham o sonho de transformar o social, de ver o terceiro setor nivelado em eficiência com o setor privado, passar de uma área assistencialista para o desenvolvimento de idéias de alto impacto e inovação. A idéia principal é saber se existem empreendedores na área social, e nisso somos pioneiros. Buscamos pessoas com perfil empreendedor, idéias bacanas de transformação social e comprometidas a levar isso adiante.

Em agosto de 2011, a revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, publicou uma matéria de capa sobre o assunto, com a reportagem “Empreendedores com causa”. Foram apresentadas histórias de 36 empresários que “querem mudar o mundo, mas também querem ganhar dinheiro”.

Sem medo ou constrangimento de querer ganhar dinheiro, novos empreendedores têm descoberto que lucros e preocupação social podem, sim, fazer parte de um novo plano de negócios. É um movimento que nada tem a haver com filantropia ou assistencialismo. Os empresários com causa são guiados pelo desejo legítimo de crescer e ganhar mais para combater problemas sociais ou ambientais.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup>De acordo com a organização Ashoka ([www.ashoka.org.br](http://www.ashoka.org.br)): O Empreendedor Social aponta tendências e traz soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais, seja por enxergar um problema que ainda não é reconhecido pela sociedade e/ou por vê-lo por meio de uma perspectiva diferenciada. Por meio da sua atuação, ele (a) acelera o processo de mudanças e inspira outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum.

<sup>27</sup> De acordo com a Artemísia, organização pioneira em Negócios Sociais ([www.artemisias.org.br](http://www.artemisias.org.br)): Empresas que, através da sua atividade principal (*core business*), oferecem soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado. Com as seguintes vertentes: atender as necessidades básicas, incluir pessoas de baixa renda na cadeia de valor, estender o acesso a produtos e serviços, melhorar a produtividade dos clientes.

<sup>28</sup>Retirado da reportagem “Empreendedores com causa”. Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios. Editora Globo, em agosto de 2011, páginas 56-77.

“Mudar o mundo ganhando dinheiro é uma pauta que começa a ocupar a agenda de empresas de todos os tamanhos”. Nos Estados Unidos, em junho de 2010, o guru da administração Michel Porter em uma reunião deu o seguinte pronunciamento para representantes de grandes multinacionais:

“os senhores precisam criar valor compartilhado. Uma nova geração de empreendedores com preocupações sociais está aproveitando as oportunidades de forma mais rápida que vocês”. Na visão de Porter, o resultado de uma empresa jamais pode ser compreendido como sucesso verdadeiro se não trazer o progresso econômico para a sociedade. O caminho mais eficiente para atingir esse objetivo, segundo ele, seria o de atuar em mercados muitas vezes ignorados pelos governos. (Idem)

Além de empresários sociais e suas instituições vinculadas, também há o interesse de financiamento por parte dos investidores de grande porte.

O cenário financeiro parece bem favorável a empreendedores dispostos a abraçar uma causa. No fim de junho [2011], o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou que, a partir de 2012, vai investir US\$ 100 milhões por ano em empresas que ofereçam soluções para trazer benefícios a pessoas na base da pirâmide na América Latina e no Caribe. (Idem)

Mesmo o retorno financeiro sendo em ritmo mais lento, muitas empresas estão apostando nesse investimento e modificando suas metas e formas de ação.

Grandes investidores passaram a ter interesses nos negócios com causa e no seu potencial de escala especialmente após a crise financeira de 2008. Assustados, muitos começaram a diversificar suas carteiras, antes focada apenas em retornos rápidos. Outros enxergaram mercados promissores em populações de baixa renda de países emergentes. E há os que faziam filantropia, mas perceberam mais vantagens de longo prazo nesses negócios. (Idem)

Brevemente será exposto um exemplo de empreendedorismo social atuante em todo país, o CDI (Comitê para Democratização da Informática). Com 17 anos de atuação, possui como missão: “mobilizar pessoas e transformar comunidades através da tecnologia de informação e comunicação para maior cidadania e qualidade de vida.”

O CDI usa a tecnologia para estimular o empreendedorismo e a cidadania, por meio de seus 717 espaços de inclusão digital existentes no Brasil e no mundo. Nesse período, esse trabalho já impactou mais de 1,45 milhão de vidas.

Essa Rede, coordenada e monitorada por 16 escritórios regionais nacionais e internacionais, está presente em comunidades de baixa renda, penitenciárias, instituições psiquiátricas e de atendimento a portadores de deficiência, aldeias indígenas e ribeirinhas, centros de ressocialização de jovens privados de liberdade, entre outros locais, seja nos centros urbanos ou em zonas rurais.<sup>29</sup>

Para a mesma reportagem, “Empreendedores de causas”, o fundador e presidente do CDI falou sobre a trajetória da organização:

Resolvi abrir uma ONG, a CDI, em 1995, com o objetivo de formar educadores nas favelas do Rio de Janeiro. Eles teriam a missão de ensinar informática para outros moradores, e assim capacitá-los a mudarem suas vidas.

Vi nas lan houses uma plataforma incrível para a educação e desenvolvimento econômico em comunidades de baixa renda. Daí nasceu a empresa CDI Lan. Queremos formar uma rede que capacite donos de lan houses para atuar como correspondentes bancários, oferecer microcrédito e usar o espaço para educação financeira e tecnológica. [...] Fizemos uma parceria com a Microsoft e o Itaú, para vender o pacote Office por R\$38, parcelado em dez vezes, e capacitar o dono da lan house a usar os softwares e aumentar sua receita. [...]

A experiência do CDI foi utilizada para demonstrar que ações não oriundas do espaço da favela podem ser e são positivas para todos os envolvidos no processo em questão. O empreendedorismo social busca solucionar problemas sociais, proporcionando a inclusão e participação dos sujeitos, além de mobilizar “outros atores a se engajarem em torno de uma causa comum.” (Ashoka). Seguindo a mesma linha, mas com uma entrada maior de mecanismos de mercado, os negócios sociais, de uma forma mais geral, têm por objetivo suprir necessidades básicas, inclusão de pessoas de baixa renda e trabalhar a acessibilidade.

---

<sup>29</sup>Retirado do site da organização [www.cdi.ogr.br](http://www.cdi.ogr.br). Acessado em 03 de maio de 2012.

### III - Qual o papel da Cultura?

“Entre 1985 e 1995, período que coincide com a implantação das leis de incentivo fiscal à cultura no Brasil, o discurso dos órgãos públicos, empresas patrocinadoras e até mesmo de intelectuais e artistas, enfatizava a função da cultura como propulsora do desenvolvimento econômico.

Atualmente, passou a predominar outro discurso, que pressupõe ser o investimento cultural fator de promoção da identidade e auto-estima dos indivíduos, inclusão social (fala-se hoje em inclusão cultural), paz (ou não-violência), sociabilidade e ‘pertencimento’ a uma comunidade. (MACHADO, 2006)

Os fenômenos que classifico como ação interna e ação externa, ilustram as discussões acerca do papel e função da Cultura, tendo em vista o histórico da área cultural e do próprio Terceiro Setor. Entretanto, de acordo com as discussões deste trabalho, os discursos apresentados pelo autor podem ser considerados atemporais.

Tratando-se de funcionalidade, podemos observar uma “instrumentalização” do setor cultural, as metodologias e ações culturais são realizadas para suprir lacunas deixadas pelo Estado neoliberal, como já discutido anteriormente. A Cultura passa a funcionar como uma substituição simbólica da responsabilidade estatal, assumindo papéis adicionais: na política, na economia, na educação, dentre outros setores da esfera pública.

Não pretendo defender que o setor cultural não possui um espaço nos demais setores, afinal a Cultura está presente em todas as relações sociais, porém esse fato não justifica o compromisso submetido ao referido setor,

“ora para melhorar as condições sociais, como na tolerância multicultural e participação cívica através de defesas como as da UNESCO pela cidadania cultural e por direitos culturais, ora para estimular o crescimento econômico através de projetos de desenvolvimento cultural urbano [...]. O papel adicional conferido à cultura se deve em parte à redução da subvenção estatal direta de todos os serviços sociais, inclusive da cultura [...]” (YUDICE, 2004, p.27-28)

É de responsabilidade das políticas públicas incentivarem, apoiarem e fomentarem ações que estimulem e contribuam para o desenvolvimento de determinado território e de seus sujeitos. A Cultura é mais um setor a colaborar com o crescimento dos setores sociais com os quais se relaciona, porém isso não significa atuar em todas as suas mazelas (sociais, econômicas, educacionais, da saúde, da segurança, dentre outras). O papel da Cultura pode ter inúmeras visões,

as interpretações defendidas aqui são as práticas culturais funcionando como recurso para:

- a) a transformação estrutural da condição do sujeito periférico
- b) o poder simbólico de mobilização desse grupo social específico

As práticas culturais de periferia apresentam novos caminhos através da arte e oferecem habilidades para a construção de um olhar crítico e reflexivo, entretanto deve-se assumir que elas não asseguram a mobilidade social desses indivíduos – em um sentido de ascensão na pirâmide social. Ou seja, a transformação através da Cultura deve ter um ponto de vista focado na estrutura do sujeito. É equivocada a compreensão da Cultura como agente transformador total e eliminador de todas as mazelas existentes em determinado território periférico e em seus grupos sociais. Tendo em vista que as favelas e periferias são estereotipadas como espaços exclusivamente violentos, tais ações não são capazes de alterar uma realidade tão específica, porém

há condições de ampliar olhares, propor novos horizontes e novas possibilidades, mas estão longe de resolver um problema colocado historicamente. Essas ações, em muitos casos, servem também para reforçar o estigma desses moradores, como se precisassem de ações culturais ou de entretenimento para não se inserirem na rede social do crime. Essa lógica é perversa porque coloca os moradores como potenciais criminosos simplesmente pela sua origem e local de moradia e legitima também a idéia de que as favelas são locais perigosos e devem ser combatidos. (CASTRO, 2009, p.116 – 117)

Quando se deixa de romantizar a Cultura, é possível ter um distanciamento para analisar de forma mais crítica e profunda as questões em que, até certo ponto, sua presença e atuação são fundamentais. Considerar que todos os indivíduos de favela serão artistas após a participação de um projeto cultural, é outro equívoco, pois a heterogeneidade do território também se estende aos seus sujeitos. O que pode ser afirmado é que a Cultura transforma (ou contribui, mesmo que minimamente) para que esse sujeito amplie seu entendimento sobre seu papel social.<sup>30</sup>

Por isso o conceito de “transformação” segue pelo viés estrutural, ou seja, através das práticas culturais das periferias, os sujeitos tornam-se conscientes da sua condição social e da sua capacidade em modificá-la, seja pela arte ou qualquer outra área de atuação de projetos socioculturais. Esta “transformação” traduz o modificar o pensamento, o encorajar, o sentir-se

---

<sup>30</sup> É preciso esclarecer que não cabe para essa monografia tratar os efeitos dos processos culturais simbólicos para os sujeitos que se encontram em condições de pobreza, subumanas, tão pouco exigir que priorizem Cultura à sobrevivência. O trabalho busca dar voz aos sujeitos periféricos que enxergam e acreditam nas possibilidades oferecidas pela Cultura e os diálogos gerados pela mesma.

capaz de, o enxergar novas possibilidades.

Sobre essa interpretação de “transformar”, Luciana (BEZERRA, 2010) fala sobre sua experiência no grupo cultural Nós do Morro.

Por meio da arte fui despertada e tenho obrigação de despertar. Hoje em dia, é preciso muito mais para fazer qualquer pessoa acreditar que ela pode sair deste estado, que é possível mudar seu destino, se tudo que ela vê a sua volta é a miséria. A única chance é se alimentar de sonhos, de imaginação. No meu caso, e de meus amigos, deu certo. Aos poucos, esses sonhos vêm se tornando realidade. (Ibidem, p. 160)

### 3.1) Ethos do trabalhador da cultura

No contexto atual de rápidas mudanças geradas pelos processos de aprimoramento do mercado de trabalho, tem-se levantado a discussão sobre a necessidade de ampliação e aprofundamento de um processo reflexivo e conceitual sobre a formação dos profissionais de cultura.

O campo da Produção Cultural está se ampliando e se diversificando nos últimos anos, provocando “o surgimento de novos parâmetros para o trabalho na área. A multiplicação de projetos, instituições, espaços e equipamentos alterou radicalmente o modo de atuação dos agentes envolvidos na produção cultural [...]” (AVELAR, 2008, p. 49). Neste momento, será discutido o perfil do indivíduo que trabalha com cultura, relacionando os meios de formação deste profissional.

Nesses novos tempos, não há mais lugar para o improvisado e amadorismo que sempre imperaram no universo cultural brasileiro. As práticas baseadas unicamente na experimentação já não se sustentam, em um mercado cada vez mais severo e exigente quanto aos padrões de qualidade. É patente a necessidade de instrumentalização dos profissionais na área para o desempenho de suas funções, diante dos múltiplos desafios que se impõe nesse novo contexto. [...] Aos poucos, diante das pressões do próprio mercado, o trabalho dos produtores e gestores culturais vai ganhando em especialização, técnica e eficiência. (Ibidem)

Considerando o leque de opções e campos de trabalho deste profissional, entende-se que este necessita estar apto a assumir diversos rumos apontados pelo setor (teatro, cinema, dança, música, etc), bem como seus segmentos complementares (esporte, meio ambiente, lazer, entretenimento e a própria área social, tema central deste trabalho). Junto a diversidade de áreas de atuação, o profissional de cultura deve se relacionar com diferentes sujeitos.

A necessidade de lidar simultaneamente com públicos de naturezas distintas exige dos produtores e gestores [culturais] o domínio de diferentes linguagens. A habilidade para o uso correto de tais linguagens é imprescindível para o sucesso de um profissional na área. A relação com os artistas se pauta por boas doses de subjetividade e informalidade. A interface com as empresas exige, por outro lado, posturas de grande objetividade, enquanto o contato com o setor público requer um grau elevado de formalidade. O grande desafio da profissão está exatamente no desenvolvimento da capacidade de alternar, de forma ágil e precisa, linguagens tão diversas. (Ibidem, p. 58)



Essa grande demanda a ser executada e a “ampliação da cadeia produtiva da produção cultural”, fazem com que o grau de exigência de um profissional na área cultural seja cada vez maior. “É notável a tendência de especialização do trabalho no campo da cultura, fato que vem atraindo, para o desenvolvimento de atividades específicas, pessoas de diversas áreas e com perfis antes inimagináveis nesse universo.” (Ibidem, p. 64)

A partir deste momento, iremos discutir a formação e profissionalização do trabalhador de cultura, sob a ótica do tema central deste trabalho: as práticas culturais alternativas realizadas em territórios periféricos. O autor Rômulo (Avelar, 2008), aponta possibilidades para esses espaços, considerando também a relação das práticas culturais com o próprio sujeito:

As perspectivas de trabalho para produtores e gestores culturais tornam-se ainda mais interessantes quando se observa a enorme carência de mão-de-obra especializada nas comunidades periféricas e nas centenas de cidades do interior que começam a perceber os benefícios do investimento em cultura. Entretanto, para que esses espaços sejam preenchidos adequadamente, é imprescindível que as iniciativas de capacitação se proponham a preparar empreendedores [...]. É necessário formar profissionais capazes de reconhecer a riqueza cultural a sua volta, valorizá-la e colocá-la em contato com o mundo. (Ibidem, p. 79)

Como dito anteriormente, essa nova geração é “um grupo de privilegiados dentro de um maior de desprivilegiados”. Ainda que a totalidade desse grupo social não possua o saber acadêmico, soluciona a falta do conhecimento especializado participando de cursos comumente nomeados de “cursos livres e/ou profissionalizantes”, “oficina para produtores comunitários”, “formação de agentes populares” e afins. São cursos populares e gratuitos, onde o participante se especializa e tem acesso a um conteúdo consolidado de determinada temática cultural, em um período que pode variar de dois meses a um ano. É importante esclarecer que as aptidões desenvolvidas nas metodologias dos cursos em questão, focam temáticas da área cultural e afins. O Instituto Raízes em Movimento possui em suas linhas de ação projetos semelhantes, que trabalham o empreendedorismo, educação e pesquisa de memória do Complexo do Alemão, por exemplo.

Esses métodos de formação são um grande exemplo de fonte de conhecimento para os sujeitos da periferia que estão interessados em um conhecimento além do empírico, para assim, produzir seus projetos com o suporte teórico.

A capacitação é realizada para indivíduos que já desenvolvem atividades no campo da arte ou desejam promover a Cultura e reconhecem a necessidade da qualificação. O conteúdo abordado varia de acordo com as necessidades de determinada localidade ou da proposta pré-definida pelo escopo do curso. A área audiovisual vem sendo muito trabalhada em oficinas de formação, por exemplo, principalmente pela revolução tecnológica e a maior facilidade no acesso às ferramentas audiovisuais. Oficinas com a temática de formatação de projetos culturais também vem sendo cada vez mais comum.

Produtoras, empresas culturais e do Terceiro Setor estão oferecendo oficinas de curto prazo com conteúdos da área cultural: formatação de projetos, enquadramento em leis de incentivo, captação de recursos, gestão de projetos culturais, dentre outros temas. Esses cursos oferecem ao participante, que sempre teve acesso às informações do mercado cultural de forma informal, um panorama do campo cultural, da dinâmica do mercado, das ferramentas e mecanismos a serem utilizados para viabilização de um projeto cultural.

Não há posicionamento a favor nem contra as formas de ensino citadas, elas são legítimas, possuem e devem ter espaço para serem desenvolvidas, pois existe público e resultado e a tendência é que se multipliquem. Entretanto, é importante refletir a respeito dos rumos dos projetos socioculturais de periferia: a relação com os produtores formais, com os projetos formais e a relação para com o próprio mercado. Se faz necessário refletir, principalmente, acerca dos rumos da profissionalização do produtor cultural, visto a importância da especialização para o ofício neste campo e o modo que essa formação irá impactar no campo da Produção Cultural, propriamente dito.

O Mercado se forma a partir de processos seletivos contínuos: os que detêm o poder de venda e os que detêm o poder de compra. A mesma dinâmica seletiva ocorre no campo dos profissionais da Cultura: profissionais formais (acadêmicos, centrais) e trabalhadores da cultura do campo informal, é preciso refletir como se dá a seleção realizada pelo mercado. O “poder” de exercer a profissão deve também ser encarado como um processo seletivo, o *capital social* (NOGUEIRA e CATANI, 1998) diferencia esses dois grupos.

Até este momento, o trabalho discutiu acerca de elementos presentes na relação periferia e ações socioculturais – atores e grupos sociais, territórios, representações, mercado, política –, para a melhor compreensão de como as práticas culturais, realizadas nas periferias e/ou pelos sujeitos periféricos, possibilitam a mobilização social de um grupo. Conceituada para esta análise, “como um processo educativo que promove a participação de muitas e diferentes pessoas em torno de um propósito comum” (TORO e WERNECK, 1996), o movimento da mobilização social, atravessa os limites do território de determinada comunidade, bem como de seus sujeitos. As conseqüências e desdobramentos de projetos socioculturais em periferia podem ser considerados, em um sentido simbólico, como uma válvula fomentadora de oportunidades e novos caminhos, mas principalmente de novas concepções de território e cidade, possibilitando reflexões críticas acerca do papel (direitos e deveres) do indivíduo em uma sociedade desigual em diversos níveis.

No próximo capítulo será apresentado o objeto utilizado nesta monografia, o Instituto Raízes em Movimento, de forma a discutir sobre o território no qual o objeto se localiza, as formas de ação e trabalhos desenvolvidos pelo mesmo. A discussão será finalizada apontando e retomando a questão do papel da Cultura nos processos sociais: de transformação e de mobilização.

#### **IV - Instituto Raízes em Movimento: desenvolvimento humano, social e cultural no Complexo do Alemão**

O Instituto Raízes em Movimento surgiu em outubro de 2001, no Complexo do Alemão – Região da Leopoldina, Zona Norte do Rio de Janeiro. O complexo é composto por treze favelas distintas, são elas: As treze favelas que compõe o Complexo do Alemão são Alto Florestal, Alvorada, Cruzeiro, Grota, Itararé, Joaquim de Queiroz, Morro da Baiana, Morro da Esperança, Morro das Palmeiras, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Morro do Mineiro e Nova Brasília, abrangendo uma área compreendida por cinco bairros cariocas: Inhaúma, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Penha.

Em uma pesquisa sobre Complexo do Alemão, realizada pelo Raízes em Movimento, a respeito do histórico deste território, dados

[...] afirmaram que, logo após a Primeira Guerra Mundial, um polonês chamado Leonard Kaczmarkiewicz deixou a Polônia fugindo e adquiriu lotes de terra da Serra da Misericórdia (hoje, Morro do Alemão). Supõe-se que a ocupação se iniciou em 1951, quando Leonard começou a dividir todo o terreno para vendê-los em lotes. Por suas características físicas e por seu sotaque carregado, Leonard ficou conhecido como Alemão, dando origem ao nome atual do Complexo.<sup>31</sup>

Um determinado grupo de moradores do Complexo do Alemão, dentre universitários e jovens alunos do programa EJA (Educação para Jovens e Adultos) passaram a pensar de que forma poderiam contribuir socialmente para o seu próprio território. Em 1999, esse grupo decide criar uma cooperativa, chamada *Coopeletrar*. Sendo a geração de renda, o seu principal objetivo, a Coopeletrar realizou trabalhos relacionados à confecção de cartazes, letreiros e afins. Esses trabalhos eram realizados de forma manual, com poucos aprimoramentos técnicos, alguns integrantes buscaram se aperfeiçoar em cursos oferecidos pelo SENAC.

---

<sup>31</sup> Retirado do site [www.raizesemmovimento.org.br](http://www.raizesemmovimento.org.br) ; <http://raizesemmovimento.org.br/onde-estamos/>

Contudo, em função dos avanços tecnológicos, perceberam que seus métodos estavam defasados. Além disso, o grupo passa a sentir uma necessidade de abordar outras questões para as áreas educacional e cultural do Complexo do Alemão. Então, pensando de forma mais ampliada, objetivando a construção de uma instituição e não mais uma cooperativa, decidem criar em 2000 uma ONG, primeiramente nomeada de CCUCA (Centro Cultural Complexo do Alemão). Entretanto, já existia o Centro Cultural da Candelária – referente à sub-localidade da Candelária da favela da Mangueira – com o mesmo nome dado para a ONG do Alemão.

O nome Raízes em Movimento foi criado coletivamente pensando na identidade e desejos do grupo, além de fazer “um contra-senso na semântica das palavras.”

[...] o que nós somos? Todos nós moramos no [Complexo do] Alemão, daí a referência da origem. [...] O que queremos fazer com a cultura? Queremos movimentar, criar pontes com a cidade, quebrar o gueto... Raízes representando os moradores do Alemão, criando pontes culturais com a cidade, pontes de articulação de cultura, de desenvolvimento na área política. Construir pontes e destruir muros. (BRUM, 2012)

Diferentemente dos possíveis significados para a palavra *raízes*, que pode ser interpretado como algo fixo em um único local; os moradores do Complexo do Alemão – personificados pela palavra *raízes*, são compreendidos pelo Instituto como possibilidades de *movimento*: circulação por outros territórios e articulação com outros sujeitos e culturas.

O Instituto Raízes em Movimento, “ainda com a possível conotação de ser um grupo representativo da cultura negra” (Idem), também é associado às questões ambientais. Tal associação é feita não apenas em função do nome, mas das suas ações e forte relação com a ONG Verdejar, já citada neste trabalho. Tendo em vista que referida ONG e o Raízes “são as instituições mais antigas do Alemão, todas as outras têm menos de 10 anos no território.” (Idem).

Alan afirma que uma das vertentes do Raízes é a ambiental, “se pensarmos a questão ambiental como uma questão de dignidade de ambiente que o homem vive, se o conceito ambiental for pensando para além da questão verde. [...] Trabalhamos com a questão do desenvolvimento local, isso é um ponto forte!”

Assim, em 2001, o Raízes em Movimento é criado, com ações voltadas para atividades educacionais e culturais, como pré vestibulares comunitários, aulas de capoeira e captação de livros para criação de uma biblioteca popular. Porém o “grafite foi a primeira ação autoral diferenciada” (Brum, 2012) realizada pelo Raízes, foi necessário um processo de conscientização

de alguns jovens, bem como reflexão junto aos mesmos, visto que muitos eram pichadores.

Dentro desse grupo existiam alguns pichadores que discutiam sobre a questão social, mas ao mesmo tempo destruíam equipamentos públicos através das pichações. Alan (Brum, 2012) apresenta duas leituras acerca desses jovens. “Como esses jovens estão sendo vistos pela sociedade: são vândalos, depravados, abusados. Podemos ter outra leitura, quais são os potenciais desses jovens? Atitude e postura. Atitude de se colocar no que se pretende, postura de ir atrás do que está se propondo a fazer...”

Alan alerta que o objetivo dessa reflexão não é “entrar no mérito de certo ou errado”, mas trabalhar “com essas potencialidades no processo artístico, já que querem se promover, que promovam uma arte e não o próprio nome, que façam uma arte e assinem. E não só a propagação do seu nome, que ele seja visto como um profissional de arte.”

Assim decidem profissionalizar esses jovens, estabeleceram parcerias, dentre elas, com o instituto OBERG (Curso de Desenho) e aperfeiçoaram a técnica do desenho. “Então vamos oferecer o que eles não têm, eles foram fazer o curso de desenho e começaram a fazer outros tipos de coisa, foram fazendo painéis de desenho ao invés de pichações.”

Fizemos várias oficinas de formação na área de grafite, que é muito forte no trabalho do Raízes, já que mobiliza pessoas. Porém o trabalho social não estava no grafite em si, estava em torno do que poderia ser feito através do grafite. Ele possibilitava acesso a espaços que esses jovens não tinham, cursos no centro da cidade, sair do Complexo do Alemão, circular pela cidade, buscar outras alternativas, vislumbrar novos horizontes a partir dos seus potenciais.

Em longo prazo, os primeiros alunos de grafite se tornaram instrutores. Essa turma fazia vários tipos de discussão, sobre cidadania, problemas sociais, *aí* o grafite começou a ter um espaço grande dentro da instituição por conta desse processo de construção e de tomadas de consciência.

Dentre os jovens que integravam esse grupo de pichadores e que se especializaram na arte do grafite, hoje um faz história em quadrinho, outro é caricaturista, temos também um tatuador profissional, um webdesigner, um jornalista, um publicitário e todos continuam sendo grafiteiros.

Isso foi legal porque as turmas foram entrando e tendo uma capacitação técnica e cada um foi se descobrindo, foram se recortando. Abrindo suas especificidades dentro do desenho e a partir do grafite. (BRUM, 2012)

Ainda que a prioridade fosse a geração de renda, no caso da Coopeletrar, ou da educação para os projetos de pré vestibulares comunitários, grande parte das ações, idealizadas pelo Raízes

em Movimento, terão como elemento principal a comunicação dentro da favela, estimulando as possibilidades de expressão, os diálogos (dentro e fora da favela) e a reflexão dos moradores.

Inicialmente, muita precariedade e pouca estrutura, as reuniões do Instituto eram realizadas aos sábados – não era possível uma rotina diária de trabalho – na casa dos integrantes, pois ainda não tinham uma sede própria. Além dos integrantes possuírem disponibilidade insuficiente para as demandas do Raízes, pois tinham que conciliar com suas ocupações remuneradas.

As parcerias com outras instituições foi fator fundamental para o crescimento e avanços do Raízes em Movimento, dentre algumas, podemos citar: a REDES (Redes de Desenvolvimento da Maré), o CIEDS (Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável), que possibilitou bolsas de estudo na FACHA (Faculdades Integradas Hélio Alonso) para moradores e integrantes do Instituto. Além do Observatório de Favelas<sup>32</sup> que possui uma relação significativa com o Raízes, por ambos terem nascido no mesmo ano, os integrantes se conhecerem e compartilharem dos mesmos objetivos.

Em 2004, após três anos de pré-vestibulares comunitários e algumas pequenas atividades culturais, o Raízes estreita ainda mais seus laços com Observatório de Favelas, participando da ESPOCC (Escola Popular de Comunicação Crítica) – dois alunos da escola eram integrantes do Raízes –, oferecida a jovens e adultos, moradores de espaços populares do Rio de Janeiro, com acesso a diferentes linguagens, conceitos e técnicas na área da comunicação. O objetivo era formar comunicadores cidadãos e multiplicadores de conhecimento, prepará-los para a inserção no mercado de trabalho e contribuir para que eles exerçam a sua cidadania de forma plena.

A continuidade do projeto da Escola se daria na criação de Núcleos de Comunicação Crítica em diversos bairros e comunidades populares do Rio de Janeiro, de acordo com os grupos formados pelos próprios alunos do projeto. “A idéia era que as pessoas retornassem para suas comunidades com capacidade técnica, podendo dar voz e visibilidade às questões sociais.” (Brum, 2012).

Entretanto,

---

<sup>32</sup> O Observatório de Favelas [localizado no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro] é uma organização social de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. O Observatório busca afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na resignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas. Retirado do site [www.observatoriodefavelas.org.br](http://www.observatoriodefavelas.org.br). Acessado em 05 de junho de 2012.

depois das primeiras turmas a serem formadas, a idéia do Observatório [de Favelas] era ter parceria com as instituições locais, ter uma referência institucional para que se montassem os Núcleos de Comunicação Crítica.

A idéia e expectativa inicial da ESPOCC acabaram se perdendo [naquele ano]...<sup>33</sup> Mas o Raízes não perdeu essa expectativa, pois já era uma expectativa nossa, já estávamos trabalhando com comunicação. Já estávamos em uma discussão interna de como iríamos comunicar melhor junto com a população em geral, não só dentro da instituição e com outros beneficiários de projetos, mas como conseguiríamos falar melhor com a comunidade. Começamos a fazer uma discussão sobre como realizar uma “comunicação comunitária”! (BRUM, 2012)

Logo, o Núcleo de Comunicação Crítica do Alemão permaneceu desenvolvendo suas atividades juntamente com o Raízes em Movimento, assumindo o papel de “[...] reforçar a identidade local, potencializar seus integrantes e criar redes e articulações locais e fora da favela para a difusão de suas idéias, sempre na perspectiva de difusão de novos olhares e questionar as estruturas sociais vigentes.” (CASTRO, 2009, p.71-72) O Núcleo foi responsável pela idealização e desenvolvimento do projeto, que tem a comunicação como principal pilar, o *Circulando – Diálogo e Comunicação da Favela*, já apresentado neste trabalho.

---

<sup>33</sup> A Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) continua desenvolvendo seus trabalhos com jovens de comunidades populares. Por questões internas, a primeira turma se formou apenas em 2006.



#### 4.1) Projetos do Instituto Raízes em Movimento

##### **Pré vestibular comunitário:** 2001 a 2003

Desenvolvido através de parcerias articuladas com instituições locais (Associação de Moradores e Vila Olímpica Local) e supra locais (UERJ e Rede de Pré-vestibulares para Negros e Carentes). Esse projeto se apoiou nos parceiros, visto a ausência de recursos financeiros. Foram utilizados recursos humanos – como universitários moradores da comunidade – recursos materiais e infraestrutura, existentes entre as parcerias estabelecidas. O engajamento dos sujeitos envolvidos em todo o processo foi fundamental para o sucesso do projeto, que viabilizou o acesso de dezenas de participantes à universidade.

##### **Observatório de Direitos Humanos:** 2001 a 2002

em parceria com o Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e CIEDS, o projeto trabalhou com jovens da comunidade para a realização de pesquisa histórica local e a percepção dos mesmos quanto à promoção e à violação dos direitos humanos, além de promover intercâmbio com jovens de outras comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro e em outros nove estados brasileiros.

##### **Tintarte:** 2002 a 2003

Desenvolvido com o apoio da instituição CIEDS tinha como foco trabalhar com jovens em situação de risco social e envolvidos com pichação. Esses jovens tiveram cursos de desenho e aulas técnicas de grafite, além de cidadania e direitos humanos. A geração de renda também foi trabalhada como forma de melhoria de qualidade de vida, a partir do momento que o grafite possibilitou o desenvolvimento das capacidades dos jovens envolvidos.

Com a implementação do projeto **Tintarte II** (2004 a 2005) novas estratégias foram traçadas, como a produção de camisetas elaboradas pelos jovens, elaboração de histórias em quadrinhos, construção de material de divulgação, matrizes para material gráfico, construção de sites, produção de quadros e decoração de interiores de lojas.

#### **Imagem e Cidadania: 2004**

Junto ao Observatório de Favelas, foram capacitadas pessoas de diversas comunidades do município do Rio na formação de fotógrafos com visão social.

#### **Projeto Motirô: 2007 - em andamento**

Realizado em parceria com o SESC Ramos, o projeto oferece a 50 jovens do ensino médio da rede pública de ensino da região oficinas de meio ambiente, comunicação e elaboração de jornal comunitário, além de ampliar o acesso desses jovens aos bens culturais da cidade

#### **Grafite e Artes: 2007 - em andamento**

Contemplado pelo edital do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o projeto visa o desenvolvimento de técnicas de desenho e artes em geral, trabalhando com a auto-estima a partir do lúdico.

#### **Circulando – Diálogo e Comunicação na favela: 2007 – em andamento**

Evento periódico de arte e cultura realizado nas comunidades locais do Complexo do Alemão, o objetivo era criar um instrumento de comunicação que pudesse intervir nas comunidades através de exposição de fotos, jornais comunitários, galeria de arte a céu aberto, musicais, oficinas e atividades de recreação. Sempre em diferentes locais da comunidade, o projeto reúne mais de mil pessoas por edição, entre crianças, jovens e adultos, para apreciar e fazer arte no Alemão, como protagonistas de um processo em rede.

#### **Aduando Raízes Locais: 2010 – em andamento**

A proposta do Projeto Aduando Raízes Locais (patrocinado pela Petrobras) é trabalhar

diretamente com empreendimentos de pequeno porte do Complexo do Alemão, prestando serviços de assessorias nas mais diversas áreas que envolvam gestão de negócios, além de ter ações voltadas para pesquisas comunitárias com universitários – atuando como condutores dos diálogos nas frentes (eixos de ação) do projeto – e formação de jovens a partir da parceria com escolas públicas da região.

O Aduando Raízes Locais possui quatro frentes de trabalho, que visam unicamente o desenvolvimento dos participantes, são elas: Pesquisa, Educação, Empreendedorismo Econômico e Empreendedorismo Social. A idéia é que cada uma delas tenha um universitário responsável por mapear e identificar as principais demandas enfrentadas pelos empreendedores sociais da região e promover uma relação que fomente a construção de uma rede solidária da economia local. As atividades também pretendem trabalhar encontros de formação e estreitar a relação entre escola e comunidade.

Pensando na ação coletiva, escrevemos um projeto de desenvolvimento local que atenda todas as nossas vertentes de trabalho. Construímos o projeto Aduando Raízes Locais: *raízes* como as pessoas e o *adubando*, [como o] desenvolvimento do potencial daquelas pessoas locais. Desenvolver as raízes locais.

O projeto foi inscrito em 2005 no edital da Petrobras [Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania], juntamente com um grupo da UERJ. É o maior projeto que a gente já fez e tem no que diz respeito aos recursos, não só financeiro, mas humano também. Tentamos a Petrobras em 2006 e 2007, mas só em 2008 fomos aprovados. Veio a crise em 2008, o governo cortou verba... E a Petrobras internamente também cortou verba. Por isso só conseguimos a liberação da verba em 2010 e começamos o projeto. Fizemos 2010 e em 2011 demos uma parada por vários problemas de renovação [do projeto junto a Petrobras]. Retomamos no início de 2012 e vamos ficar até o final de 2013.

Os quatro eixos se complementam para pensar desenvolvimento local.

Pesquisa: dialoga com todas os outros eixos, no que diz respeito a busca de informações e disponibilização das mesmas.

Educação (em escolas de Ensino Médio do Complexo do Alemão): fomentam e fortalecem o protagonismo e as idéias do jovem dentro da escola [...]. A importância desse eixo “Escola”, é que o aluno se sinta o próprio construtor da escola. Outra importância é do trabalho com os professores para que eles possam se apropriar das temáticas e idéias dos alunos e utilizá-las como metodologia pedagógica.

Empreendedorismo econômico: fortalecer pequenos negócios, processo de formação e informação para pequenos empreendedores.

Empreendedorismo social: fortalecimento das ONGs do Alemão, através de um conhecimento e desenvolvimento técnico (elaborar projeto, disputar edital, conseguir fazer uma gestão minimamente administrativa)

A gente acha que trabalhando com a pesquisa, a escola, a economia e o social, a gente está promovendo o desenvolvimento local. (Brum, 2012)

O Circulando é uma das principais ações do Raízes em Movimento, ainda que o projeto sofra com os grandes intervalos entre uma edição e outra, não tendo um calendário rigoroso, o Instituto reconhece a importância da realização para a comunidade, pois “o Circulando mesmo sendo um evento, deixa discussões, ele não acaba quando termina...” (Idem) . Instituto e projeto são referências territoriais, pois possuem uma relação direta com a comunidade.

[...] quando há uma discussão na comunidade, as pessoas que passaram pelo Circulando e conhecem o Raízes, nos procuram... Ao invés de ir à associação de moradores eles nos procuram, mesmo sabendo que não é nossa função, eles nos procuram para discutir, pra questionar, pra buscar um diálogo. Essa identidade é muito forte do Raízes dentro da comunidade, por isso a gente sente que funciona, como referência. Além das conversas informais em bares, na rua... (Idem)

Mais uma vez o jogo com a semântica das palavras é utilizado para a escolha do nome do evento.

Diversas idéias surgiram, como *O tagarela*, *Fala morro*, *Morro fala*, *Na lata* e *Favela no ar*, mas o nome que venceu as eleições foi *Circulando*. Todos os nomes aparentemente já explicitavam no nome a proposta do evento, como uma forma de se expressar da favela. O único um pouco diferente era *Circulando*, que tinha um caráter mais subjetivo. O nome proposto fazia referências:

- a) à idéia de que seja um evento itinerante, e que por isso *circularia* pelas favelas do Alemão;
- b) a palavra *circulando*, comumente usada pela polícia para dispersar um grupo de moradores, e por conta da forte presença policial durante janeiro de 2007 significava uma crítica a essa postura;
- c) à ideia de circular pela favela, do direito de ir e vir sem interferência policial e de grupos criminosos armados reforçava a proposta do nome;
- d) à ideia de fazer circular informações importantes e relevantes para o conjunto de favelas do Alemão, informações que circulassem também para fora da comunidade, atingindo outras classes e grupos sociais;
- e) a circulação pela cidade, da entrada de não moradores do Alemão – das áreas nobres da cidade, de outras periferias e de outras cidades – na favela durante o evento. (CASTRO, 2009, p. 97)

Como objetivo principal de promover a comunicação e circulação de informação aos moradores do Complexo do Alemão, o Circulando passou por duas experiências no que diz respeito aos princípios do projeto, na sétima e oitava edições.

No Circulando 7, realizado em 18 dezembro de 2010, um mês depois da ocupação do Alemão<sup>34</sup>, todas as atenções estavam no Alemão, ficando fácil de conseguir verba. Avançamos muito em estrutura e gestão de eventos, nesta edição tivemos palco, som de qualidade, estrutura para as barracas, etc, mas retrocedemos absurdamente no que é essencial no Circulando, porque nos distanciamos da população. A população não estava no evento e essa não é a nossa proposta, priorizamos a participação. Esta edição foi tecnicamente belíssima, mas estava faltando uma alma no evento, estávamos nos distanciando...

Por isso na edição seguinte, nós não buscamos investimento, porque se buscássemos teríamos, fizemos pé no chão, sem palco! Buscamos o investimento mínimo: transporte, alimentação da equipe e um som de pequeno porte. O Centro de Referência da Juventude [órgão da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos] disponibilizou um trio elétrico e nós recusamos. (Brum, 2012)

Priorizando o envolvimento com os moradores e desenvolvimento local, o Raízes em Movimento faz com que seus “fornecedores” sejam os próprios comerciantes da comunidade.

Porque no Circulando, os comerciantes participam, acontecem oficinas nas lajes dos moradores [disponibilizada pelos próprios]. Trabalhamos muito com os moradores, na casa dos moradores: fulano vai fazer o cachorro-quente, o outro a pipoca, nessa casa vai ser o workshop, na outra laje a oficina... [...]

A prioridade é envolver os moradores. [...]

Uma coisa que nunca fizemos e não vamos nunca fazer, é tirar proveito comercial. seria muito prático pra nós vender o salgadinho e a cerveja, mas nunca vendemos nada. Não pode! Isso é prioritário no Raízes! Isso é prioritário no Circulando! Porque o evento é pra envolver os comerciantes locais, eles é que entram com essa parte, mas também a gente não se compromete com nada. “Você acredita no evento? O que você fizer é risco seu!” Mas na hora que ele faz, ele convida pessoas e se envolve, e [de certa forma], o evento passa a ser deles [dos moradores e comerciantes].

É importante para o processo essa relação com o comerciante local, porque não é só a questão econômica. O Circulando promove pontes culturais com as pessoas de dentro e de fora [...].

E para as pessoas que vem de fora entender como funciona a dinâmica de um boteco

---

<sup>34</sup> Nos dias 27 e 28 de novembro de 2010, o Complexo do Alemão foi retomado pelo Estado após décadas de controle pelo tráfico de drogas. Realizaram a ocupação: as polícias Militar, Federal e Civil, juntamente com as Forças Armadas, seguido do apoio da Marinha, Exército e Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Disponível em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2010/11/28/ocupacao-do-complexo-do-alemao-tem-30-presos-e-10-t-de-drogas-apreendidas/>. Acessado em 11 de junho de 2012.

dentro da favela é importante, no processo de desconstruções e novas construções de diálogos. É fundamental ter essa forma de fazer o evento pra criar esse tipo de ambiente. (Idem)

Um grande objetivo alcançado pelo Circulando é a abertura para atividades de outras instituições dentro do evento, assim, é possível “dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas outras instituições do Complexo do Alemão” (Idem).

Esse é um dos objetivos alcançados pelo Circulando: fortalecer instituições locais. [...] tentativa de que outras organizações sociais possam se utilizar do evento e das atividades desenvolvidas para também se projetarem, formando uma rede de instituições dentro do conjunto de favelas do Alemão que possam, coletivamente, pensar em alternativas de fato para a melhoria da qualidade de vida dos moradores. (CASTRO, 2009, p.113)

Assim como as ações e decisões, a organização interna do Instituto também se configura de forma coletiva. A hierarquia é interpretada de modo diferenciado e os integrantes alternam seus cargos conforme as demandas institucionais e/ou pessoais.

Quebrar a hierarquia formalmente é mais complicado do que [quebrá-la na] prática. [Nós] nos revezamos numa hierarquia formal, mas não [a] praticamos. Na prática a gente só decide as coisas fundamentais... tem as funções operacionais, cada um toca sua função operacional.

Sou secretário executivo, represento a instituição, faço as articulações inter-instituições. Fui presidente do Raízes até ano passado, hoje é o David [Amen]. Nós nos revezamos na estrutura hierárquica, mas na prática [quando] a gente vai resolver e planejar, os pesos são iguais.

Se alguém levantar alguma questão, ela tem que ser debatida e convencida entre os seis [Alan Brum, David Amen, Heucimar Lopes, Maycon Brum, Edson e Sidnei, integrantes do Raízes em Movimento]. Quando há uma definição, aí vamos para o operacional, aí cada um tem suas funções e cada um assume seu papel.

Eu e David estamos desde o início, somos oriundos do primeiro momento em 2001, os outros chegaram, se aproximaram, vieram de projetos... Outros já entraram e já saíram, foram trabalhar em outros lugares, outras instituições... (Brum, 2012)

Devido ao seu histórico e relevância cultural e social, o projeto Circulando tornou-se Ponto de Cultura, porém por razões burocráticas e de liberação de verba, o processo ainda não foi todo finalizado.

No período anterior à pesquisa desse trabalho, o Instituto estava passando por uma mudança de local da sua sede. Por esse e outros motivos organizacionais, informações acerca de

resultados quantitativos e qualitativos, pesquisas de público, dentre outros dados não foram enviados para compor essa monografia.

As construções de “pontes culturais” simbólicas e possibilidades de novos diálogos, que por sua vez, criam novos discursos acerca das questões sociais, são ações do Raízes em Movimento diretamente ligadas a lógica da Mobilização Social.

Com a difusão de novos olhares sobre as favelas e periferias, o evento atua no sentido de reforçar a identidade e a articulação de redes locais, buscando uma mobilização desses atores para tomarem consciência das estruturas sociais vigentes e terem condições de questionar e pensar em estruturas outras que vão contra as desigualdades sociais. (CASTRO, 2009, p.10-11)

### **Considerações Finais**

Compreendemos o fato do papel da Cultura ser interpretado de modo abrangente, no que diz respeito ao seu sentido para com a sociedade e em relação aos processos sociais. Entretanto, a proposta fundamental deste trabalho é a reflexão acerca das funções atribuídas para as práticas culturais alternativas no território periférico, estendendo também essa reflexão para todo o campo cultural.

Esta análise buscou defender duas interpretações fundamentais para a compreensão das práticas culturais. A primeira interpretação é o sentido da “transformação social” nas periferias, uma expressão comumente utilizada para resumir, digamos assim, os impactos sociais, resultados e conseqüências de determinado projeto cultural no referido território. Entendemos que a “transformação”, caso haja, deve ser trabalhada em um sentido estrutural do indivíduo. Ou seja, ter como meta fundamental o desenvolvimento de um olhar crítico e ampliado do indivíduo sobre a cidade e a sua posição/atuação na mesma, além de uma compreensão de possibilidades e criação a partir de suas potencialidades.

A segunda interpretação proposta é o poder simbólico de mobilização dos sujeitos oriundos das periferias e espaços populares. Tendo em vista que a partir do momento em que um grupo se mobiliza ou é mobilizado por determinado objetivo comum, é possível promover um processo educativo, participativo e continuado. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos no fenômeno da mobilização, constroem um posicionamento político construindo uma nova concepção de cidade.

Apresentamos uma investigação sobre elementos capazes de ilustrar a construção das

práticas culturais alternativas em periferias, neste caso, no Rio de Janeiro: sujeito, território e formas de ação. Objetivando uma melhor compreensão da proposta e aproximação dos fatores que compõem essa discussão, mesmo que minimamente.

O tema trabalhado (periferia e cultura) poderia ser explorado utilizando diversas vertentes e linhas de pesquisa. Buscamos discutir o território da periferia e a forma como a cultura está sendo utilizada como recurso para mobilizar grupos e questões sociais. Apresentamos como esse uso está sofrendo modificações e questionamentos, tendo em vista os inúmeros papéis e responsabilidades atribuídas ao campo cultural.

Esse panorama também se aplica ao profissional da cultura, que assim como discutido, assume o exercício de trabalhador(es) da cultura, visto a ampla diversidade do próprio setor – o mesmo indivíduo é produtor executivo e ao mesmo tempo: captador de recursos, idealizador, curador, artista, diretor, elaborador de projetos, agente cultural, gestor cultural, etc. Ressaltamos fatores fundamentais para complementar e enriquecer a discussão: a formação desse multi-profissional e a relação do mesmo com o mercado, bem como com o campo da Produção Cultural. Tais fatores implicam fortemente no exercício do profissional, principalmente para o produtor do território periférico.

O “uso da cultura”, personificado pelas práticas culturais alternativas propôs discutir acerca das diversas e possíveis formas de ação realizadas no e para o território das favelas. Os sujeitos responsáveis por essas ações, ainda que questionados no que diz respeito à qualidade e legitimação dos seus projetos, objetivam realizá-los priorizando a participação, reflexão crítica e, principalmente, a continuidade das ações.

O Instituto Raízes em Movimento, objeto de pesquisa desse trabalho, utiliza práticas culturais para o “desenvolvimento das pessoas a partir das suas potencialidades promovendo perspectivas de vida a partir das potencialidades humanas”. A partir dessas linhas de ação, o Instituto trabalha para desenvolver potencialidades e individualidades dos sujeitos periféricos.

A presença de autores oriundos do território da periferia - enquanto referência bibliográfica –, bem como dos entrevistados, foi fundamental para a elaboração e realização da pesquisa. Tendo em vista que dar voz aos sujeitos periféricos era um dos principais objetivos do projeto dessa monografia.



## Referências bibliográficas

AVELAR, Rômulo. *O avesso da cena: notas sobre produção e gestão cultural*. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Cidades e Territórios: desafios da reinvenção política do espaço público*. Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

BARBOSA, Jorge Luiz. *Os espaços populares na política pública cultural*. Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

BARBOSA, Késia Mendes. *A sacralização da arte e do artista – seus mitos e desafios à prática docente em artes*. In: 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais, 2007.

BEZERRA, Luciana. *Meu destino era o Nós do Morro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

CARVALHO, Livia. *Painel a arte na formação do indivíduo. Brasil – contextos e experiências*. In. 1ª Seminário Internacional de Democratização Cultural. Acesso à Cultura e Promoção da Cidadania. Instituto Votorantim, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Cidade escassa e violência urbana*. Série Estudos, Iuperj. Rio de Janeiro, 1995.

CASTRO, Vitor. *Circulando – Diálogo e Comunicação na favela: a favela em busca de cidadania*. Dissertação de Mestrado apresentada no curso de Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DOMINGUES, João. *Programa Cultura Viva: Políticas Culturais para a emancipação das classes populares*. Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. *A cultura dos “Coitados”: trajetória social e sistema de arte*. Cadernos UniFOA. Volta Redonda, 2010.

FARIA, Alexandre e SAUERBRONN, Fernanda. *A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma abordagem crítica*. Rio de Janeiro. RAP – Revista de Administração Pública. Fundação Getúlio Vargas, 2007.

FERRAN, Márcia. *Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das lonas culturais*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MACHADO, Bernardo. In. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânia (org.). *Escritos de educação*. Petrópolis. Rio de Janeiro. Vozes, 1998,

ROLNIK, Raquel. In. 1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006: estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SILVA, Jailson de Souza e. *Adeus Cidade Partida*. Rio de Janeiro (IETS), Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, Jailson de Souza e. (org) *O que é favela, afinal?* Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Gianna. *Responsabilidade Social Corporativa: por uma boa causa!?* ERA – Revista de Administração Eletrônica. Fórum Estudos Críticos em Administração. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2004.

SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TORO, José Bernardo e WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. UNICEF – Brasil, 1996.

VAZ, Lilian e SELDIN, Claudia. *Resistências e experiências culturais*. In: Corpocidade debates sobre estética urbana. Salvador, 2008.

YÚDICE, George. *A conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZAMORA, Maria Helena. *Uma contribuição crítica a projetos comunitários*. Polêmica Revista Eletrônica. LABORE – Laboratório de Estudos Contemporâneos. UERJ, 2006.

### **Entrevistas:**

David Amen, web designer e presidente do Instituto Raízes em Movimento. Entrevistas concedidas à Gisele Jacob para esta monografia, nos dias 24 de março de 2011 e 16 de outubro de 2012.

Wagner Novais, cineasta e diretor do filme “5 x favela, agora por nós mesmos”. Entrevista concedida à Gisele Jacob para esta monografia, no dia 25 de agosto de 2011.

Alan Brum, cientista social e secretário executivo do Instituto Raízes em Movimento. Entrevista concedida à Gisele Jacob para esta monografia, no dia 28 de abril de 2012, na Praça do Conhecimento – Nova Brasília, no conjunto de favelas do Complexo do Alemão.